

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA



uma trajetória de 25 anos de sucesso

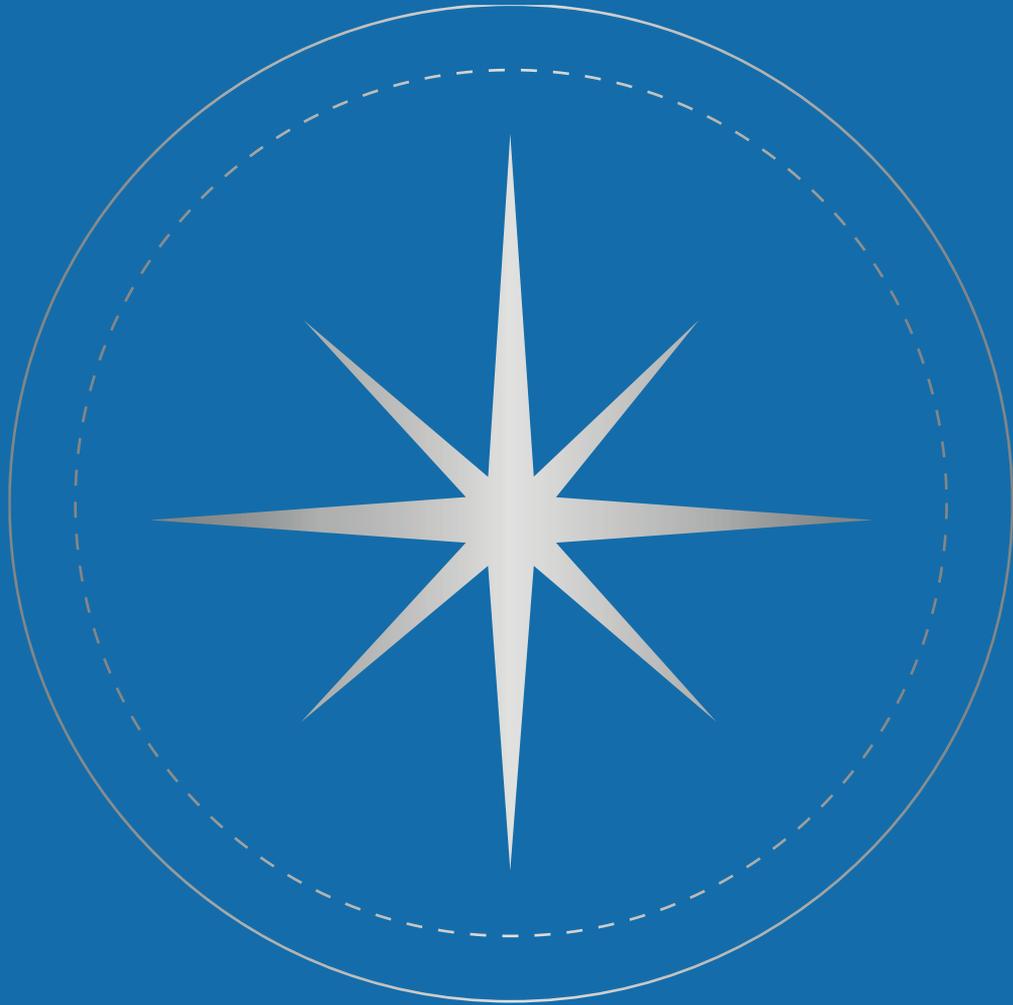








ISP Instituto de
Segurança Pública



**Instituto de Segurança Pública:
uma trajetória de 25 anos de sucesso**

1ª reimpressão

Cláudio Castro

Governador

Thiago Pampolha

Vice-governador do Estado do Rio de Janeiro

Victor dos Santos

Secretário de Estado de Segurança Pública

Marcela Ortiz

Diretora-presidente do Instituto de Segurança Pública

Leonardo Vale

Vice-presidente do Instituto de Segurança Pública

© 2024 Instituto de Segurança Pública

Distribuição gratuita

Versão digital disponível em www.isp.rj.gov.br

Direitos de publicação reservados ao Instituto de Segurança Pública.

É permitida a reprodução, total ou parcial, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Elaboração

Alexandre de Souza

André Gomes

Daniel Roque

Elisângela Oliveira

Emmanuel Rapizo

Lívia Floret

Luciano Gonçalves

Maria Eduarda Pereira

Paulo Leite Júnior

Ricardo Junqueira

Edição

Bianca Garcia

Revisão

Bianca Garcia

Isabella Goulart

Laura Mariana da Costa

Preparação

Carolina Luz

Emmanuel Rapizo

Karina Nascimento

Laura Mariana da Costa

Vanessa Cardozo

Capa e diagramação

Isabella Rosa

EQUIPE

Alcides Ferreira de Jesus

Alessandra Patrício

Anderson Assum

Andre Andrade

André Regato

Caio Marcelo

Carlos Maciel

Carlos Eduardo Cardias

Cláudia Peçanha Corrêa

Claudius Ferreira

Cristiana de Menezes

Danley Alves Soares Santos

Diego Pereira Torres

Diego Soares

Edson de Moura

Erick Lara

Estefany Ventura

Fernanda Messina

Giovanna Lomba

Gustavo Matheus

Hannah Vaz

Igor da Silva Gomes

Íris Amorim

Janaina de Paiva

João Paulo de Seixas

Jonathan de Paiva

Jonathan Lima

Jorge Luiz Monteiro

Júlio Horta

Leonardo Peres

Lucas Braga

Luciana Moura

Luiz Alberto Carreiro Junior

Luiz Henrique Lavinias

Luiz Paulo Walcyr

Maria Cecília Torres

Mariana Martins

Nathalia da Costa Santos

Nathalya Yasmim Moreira

Nathan da Silva de Almeida

Nicolly Albuquerque

Priscila Marques

Ricardo Pantoja

Rodrigo Veillard

Rosangela Feliciano

Sávio Bezerra

Soraya Graça Moreira

Taís Damasceno

Taís Oliveira

Tatiane Moreira

Vanessa Ferreira

Wagner Duarte

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Instituto de Segurança Pública: uma trajetória de 25 anos de sucesso / Elaboração: Emmanuel Rapizo *et al.* -- Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2024.

Outros elaboradores: Paulo Leite, Elisângela Oliveira, Vanessa Cardozo, Daniel Roque, Alexandre de Souza, Lívia Floret.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87571-10-2

1. Instituto de Segurança Pública - História
 2. Segurança pública - Brasil - História
- I. Rapizo, Emmanuel. II. Leite, Paulo. III. Oliveira, Elisângela. IV. Cardozo, Vanessa. V. Roque Daniel. VI. Souza, Alexandre de. VII. Floret, Lívia.

24-242558

CDD-363.10981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Instituto de Segurança Pública: História 363.10981

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

SUMÁRIO

Apresentação	11
Parte 1: Legado Institucional e participação social	14
Capítulo 1: Trajetória e legado	18
Capítulo 2: Capacitação de profissionais de segurança pública	40
Capítulo 3: Uma retrospectiva sobre a participação social na segurança pública	46
Parte 2: Dados e transparência	64
Capítulo 4: A importância da estatística para a análise criminal	66
Capítulo 5: Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados	80
Capítulo 6: A relevância do espaço na análise criminal	88
Capítulo 7: O uso de evidências como instrumento no enfrentamento à violência contra a mulher	98
Parte 3: O Futuro do ISP	108
Construção de uma segurança pública do futuro	109
Referências bibliográficas	113

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos este livro, uma obra que celebra os 25 anos do Instituto de Segurança Pública (ISP). Durante esse período, a dedicação e o compromisso de cada pessoa que passou pelo instituto foram essenciais para o seu fortalecimento. Por esse motivo, iniciamos esta apresentação com um agradecimento especial a todos que construíram essa história e contribuíram significativamente para o crescimento e a relevância do ISP no cenário da segurança pública.

Ao longo dos anos, o instituto se consolidou como um pilar fundamental para a produção e análise de dados voltados à segurança pública no Brasil. O desenvolvimento de metodologias rigorosas e ferramentas inovadoras foram essenciais para garantir a confiança da sociedade civil nas estatísticas oficiais acerca da criminalidade no Rio de Janeiro. Esse trabalho permitiu a realização de estudos diversos, desde a criminalidade violenta até a percepção de segurança pela população. Da mesma forma, o ISP atuou direta-

mente no monitoramento e avaliação das ações de segurança durante os diversos megaeventos que ocorreram nas últimas duas décadas e meia.

Desse modo, o instituto tem contribuído diretamente para a melhoria da formulação e execução de políticas públicas da área. Por meio de assessoria técnica a governos e órgãos de segurança na elaboração de medidas de combate à criminalidade e de promoção da segurança, o ISP garantiu que as decisões fossem baseadas em dados e evidências e que respondessem às necessidades da sociedade, como expressadas por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS).

Desde os primeiros anos de atuação, uma das iniciativas mais constantes do ISP foi a qualificação dos profissionais de segurança pública. O instituto desempenhou um papel essencial no aprimoramento das políticas e ações na área, oferecendo cursos, treinamentos e *workshops* voltados a agentes de segurança, gestores públicos e outros profissionais do setor.

Em um mundo cada vez mais interconectado, a informação tornou-se um ativo estratégico indispensável para a gestão eficiente e a tomada de decisões fundamentadas. Olhar para o futuro do ISP é enxergar uma instituição pronta para continuar inovando. A coleta, análise, gestão e disseminação de dados permitem que órgãos públicos alcancem objetivos essenciais para o bem-estar da sociedade. Com uma gestão eficaz da informação, os dirigentes públicos podem substituir decisões baseadas apenas em intuição por análises estatísticas, pautadas em evidências, identificando problemas, formulando respostas e direcionando recursos de forma célere.

Nesse sentido, o ISP tem exercido uma função essencial ao fornecer dados que orientam os gestores na formulação de políticas públicas e permitem à sociedade monitorar e avaliar a execução dessas políticas, reforçando a prestação de contas e a confiança nas instituições públicas. Contudo, é crucial lembrar que dados e informações, por si só, não geram conhecimento, embora constituam sua matéria-prima. Da mesma forma, o conhecimento sem um propósito

norteador torna-se inócuo. Por conseguinte, nossa finalidade última permanece sendo a construção de um saber aplicável à segurança pública, o que sempre dependerá de políticas públicas comprometidas com a realidade social, bem como da iniciativa e do comprometimento dos agentes envolvidos.

No campo da inovação, o desenvolvimento de aplicações de geoprocessamento tem se mostrado promissor para atender às demandas dos agentes do Estado. Mapas, ferramentas de análise criminal e outros serviços adaptados às necessidades das polícias são exemplos de como o ISP se mantém na vanguarda.

Nosso compromisso com a transparência continua inabalável. Para o ISP, não basta fornecer dados, é essencial garantir que esses dados estejam acessíveis e compreensíveis, conforme o preceito fundamental de publicidade preconizado na Constituição Federal Brasileira de 1988 e ratificado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). A transparência ativa é estratégia-chave para expandir o consumo dessas informações.

Convidamos você, leitor, a explorar as páginas seguintes e a descobrir mais sobre essa trajetória de 25 anos. Apresentamos um panorama abrangente da história do ISP, que se construiu com base na excelência e na transparência. Hoje, é indiscutível a importância da produção de dados confiáveis, da qualificação profissional, do suporte técnico para decisões públicas e do fomento à participação social. Talvez esses ensinamentos não fossem tão evidentes há 25 anos, mas o ISP certamente contribuiu para esse entendimento. Este livro é o reconhecimento de iniciativas que buscaram construir uma sociedade mais segura e justa para todos.

– Marcela Ortiz
Diretora-presidente do ISP

A topographic map of the Maciço da Tijuca region, rendered in white lines on a dark blue background. The map shows complex contour lines and several distinct peaks. The title text is positioned in the upper left quadrant of the map area.

PARTE 1

LEGADO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Instituto de Segurança Pública desempenha um papel essencial na sistematização, produção e análise de dados relacionados à segurança pública do estado Rio de Janeiro. Desde sua fundação, dedica-se a reunir e consolidar informações primordiais para promover uma visão abrangente dos desafios enfrentados nesse campo, atuando no debate de estratégias para enfrentar a complexa realidade da violência no estado.

Seu legado institucional destaca-se tanto pela precisão e atualização das estatísticas quanto pelas rigorosas metodologias aplicadas. Essas competências o qualificam para influenciar práticas e decisões políticas que impactam diretamente a vida da população fluminense. Para além de sua função analítica, o fortalecimento dos dados como elemento fundamental na tomada de decisões reflete a potência da qualificação das informações, que não apenas permite compreender determinada realidade, mas também possui em si o poder de transformá-la. A promoção da participação social na segurança pública também se constitui como componente de destaque da atuação do ISP ao longo de seus 25 anos de existência.

Como veremos a seguir, iniciativas de treinamento e capacitação de agentes e profissionais de toda uma gama de atores que participam deste meio revela o reconhecimento, por parte do instituto, da importância de um corpo técnico qualificado, articulado e bem preparado para lidar com as adversidades contemporâneas. Ademais, o empenho do ISP na construção de canais de diálogo junto à comunidade sempre se constituiu como um valor a ser difundido e praticado.

Seja por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança ou através da cooperação com jornalistas, pesquisadores, políticos e diversas entidades estatais e da sociedade civil organizada, tais atuações corroboram não apenas o compromisso na articulação e estreitamento de laços entre a população e as autoridades – configurando um modelo de segurança pública responsivo, que reflita as demandas e necessidades reais dos cidadãos – mas também estabelecem, de forma ativa, uma institucionalidade voltada para mecanismos colaborativos na luta contra a violência e a criminalidade. Nesse contexto, os resultados da participação social agem como alicerce que edifica e une o tec-

do social mediante fortalecimento da cultura de transparência, da *accountability* na gestão da segurança pública e da democracia em prol de uma sociedade mais justa e segura, alinhada com as demandas sociais.



Seminário de 25 anos 2024 | Foto: Neemias Souza.



Seminário de 25 anos 2024 | Foto: Neemias Souza.



Seminário de 25 anos 2024 | Foto: Instituto de Segurança Pública.



FÓRUM DE
LANÇAMENTO
DOSSIÊ
MULHER



Sec. de
Mulher

Secretaria de
Casa Civil



G. DO ESTADO

PERNAMBUCO

SECRETARIA DE

PLANEJAMENTO

E ORÇAMENTO

SECRETARIA DE

DESENVOLVIMENTO

E INFRAESTRUTURA

SECRETARIA DE

EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE

SAÚDE

SECRETARIA DE

TRABALHO

E PROTEÇÃO

SOCIAL

SECRETARIA DE

JUSTIÇA

CAPÍTULO 1



TRAJETÓRIA E LEGADO

O Instituto de Segurança Pública (ISP) foi criado em 28 de dezembro de 1999, com a promulgação da Lei nº 3.329, e regulamentado pelo Decreto nº 26.324, de 17 de maio de 2000, com o objetivo de otimizar a política de segurança pública por meio da integração entre as Polícias Civil e Militar, além do assessoramento técnico e de gestão desses órgãos. Com o tempo, essa missão foi ajustada, destacando-se a Resolução SSP nº 629, de maio de 2003, que revitalizou os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS), cuja coordenação foi transferida para o ISP em 2004.

No dia 17 de janeiro de 2005, o Decreto nº 36.872 criou o Sistema Estadual de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal, centralizando no ISP a consolidação e divulgação dos dados estatísticos de segurança. Desde então, o instituto se estruturou em duas frentes principais: o suporte à decisão estratégica por meio de dados e o fomento à participação social, cumprindo sua missão de auxiliar na construção de políticas de segurança baseadas em evidências e no engajamento da sociedade civil.

Na área da segurança pública, a informação é uma ferramenta vital para a aplicação da lei. A produção de dados e estudos confiáveis, assim como as informações prestadas pela sociedade civil, configuram-se como ferramentas cruciais para embasar a tomada de decisões.

A coleta e análise de dados abrangentes sobre criminalidade, violência e outros indicadores de segurança pública permitem identificar padrões, tendências e áreas de maior atenção, possibilitando o direcionamento mais eficaz de recursos e ações preventivas. Além disso, o compartilhamento transparente e seguro dessas informações entre diferentes órgãos públicos, especialmente as polícias, facilita a colaboração e coordenação de esforços, bem como uma resposta mais rápida aos desafios da segurança pública.

É neste cenário que o ISP se consolidou como uma instituição pioneira na produção de estatísticas e análises sobre a complexa realidade da segurança pública no Rio de Janeiro. Ao longo de sua trajetória, o Instituto tornou-se

referência na produção e disseminação de conhecimento, orientando suas ações pelos princípios de imparcialidade, transparência e cientificidade.

O ISP pode ser entendido como um centro de cálculo, no qual dados são coletados, armazenados, transformados em informações, analisados e distribuídos. Parte-se dos dados brutos para gerar um conhecimento útil através de técnicas de cálculo, análise e visualização de dados. Dessa forma, nossas equipes são responsáveis por “traduzir” os dados, tornando as informações acessíveis a diversos públicos, como policiais, jornalistas, pesquisadores, gestores públicos e a sociedade civil.

A credibilidade e a confiança pública nas estatísticas dependem da transparência e da robustez dos métodos, que devem operar com rigor metodológico e ético. Nesse sentido, a produção de estatísticas criminais e o fomento à participação social exigem precisão técnica e uma abordagem colaborativa, que envolvam a sociedade civil e outras partes interessadas. Sem consenso sobre a importância dos dados, eles se tornam estéreis. De forma semelhante, sem um proces-

so rigoroso de qualificação, os dados tornam-se obsoletos. Esses cuidadosos procedimentos transformam o ISP em uma bússola que orienta a gestão pública, fortalecendo a capacidade do Estado de implementar suas políticas públicas.

O sucesso dessa jornada permite planejar o futuro com base no conhecimento do passado e estabelece novos espaços de atuação estatal. A compilação e análise de dados não apenas sustentam políticas públicas, mas também se tornam políticas em si. A criação da tipificação do crime de feminicídio exemplifica essa perspectiva. Ao recortar, em uma nova categoria, eventos antes apreendidos como homicídios, os pesquisadores e gestores públicos tornam visíveis aspectos específicos da vida social, garantem as condições para realização de intervenções preventivas e permitem a responsabilização dos atores públicos. Ou seja, constroem todo um novo campo de atuação pública, que abarca funções, processos e artefatos governamentais.

As práticas de quantificação realizadas pelo ISP transformam a governança pública ao promover a

objetividade, visibilidade e gestão eficiente dos recursos. Desde sua fundação, o ISP tem sido um farol para políticas públicas, iluminando caminhos para uma sociedade mais segura. Com um compromisso contínuo com a inovação e a verdade, o instituto tem se adaptado às mudanças tecnológicas e sociais, mantendo-se sempre à frente na busca por respostas em um mundo em constante transformação. Reconhecendo o acesso à informação como um direito fundamental dos cidadãos, o ISP norteia suas ações pela promoção da transparência e da participação social na segurança pública.

A HISTÓRIA DO INSTITUTO

Criado em dezembro de 1999, porém regulamentado e inaugurado em abril de 2000, o primeiro ano de existência do ISP foi dedicado à sua efetiva estruturação, com recursos humanos, tecnológicos, materiais e logísticos. Assim, entre 8 e 9 de junho de 2000, foi realizado o I Encontro de Planejamento Estratégico do ISP, na Escola Superior da Polícia Militar (ESPM). Além dos elementos materiais necessários para dar vida ao órgão, a priori-

dade foi o ensino, uma vez que o ISP tinha a missão inicial de compatibilizar as formações policiais das Polícias Civil e Militar.

Para isso, entre 2000 e 2002, diversos projetos na área da educação foram implementados, como um programa de treinamento seriado, com o objetivo de qualificar conjuntamente policiais civis e militares em temas como a abordagem de veículos, edificações, armas de fogo, direção defensiva, ações táticas, além de áreas especiais e turísticas. Um desses treinamentos resultou no Estágio de Policiamento em Áreas Turísticas (EPAT), formando 362 policiais civis e militares entre 2000 e o primeiro semestre de 2003.

Outro projeto de destaque foi a capacitação de policiais sobre o tema dos direitos humanos e da violência contra as mulheres, alcançando 138 policiais na temática do uso da força e do policiamento comunitário. Com a participação de colaboradores dos Estados Unidos, ocorreu também a instrução de 35 policiais militares e 15 policiais civis. Ainda nesta seara, vale destacar que, em 2000, foi desenvolvido o projeto Tele Salas 2000 – 2º Grau,

O NuPAC iniciou a publicação de indicadores criminais no site do ISP e em versão impressa no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, trabalho realizado ininterruptamente há 23 anos. Em 2002, o NuPAC tornou-se o Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública (NUPESP). Após diversas alterações, o ISP conta hoje com uma Coordenadoria de Projetos e Pesquisas e uma Coordenadoria de Estatísticas, que atuam de maneira integrada na publicação dos dados e produção de estudos e pesquisas.

Por fim, o tema da qualidade da gestão foi abordado mediante projetos que objetivavam a modernização da gestão dos serviços de segurança pública prestados à sociedade. Uma das principais ações do ISP naquele período foi o projeto Gestão pela Qualidade na Segurança Pública (GQPS), que buscou disseminar práticas de gestão entre os chefes e comandantes das unidades policiais, por meio de capacitações, assessoramentos técnicos, seminários e premiações das boas

práticas. Foram alocados recursos próximos a 800 mil reais em valores da época, com o treinamento de 942 policiais entre 2000 e 2003 e a bonificação de 27 unidades pelo Prêmio Qualidade Rio (PQRio).

O período entre 2000 e 2002 pode ser descrito como uma fase de estruturação das bases do ISP, com a definição dos seus focos de atuação. Em seguida, entre 2003 e 2005, o instituto consolidou esse papel ao assumir a coordenação dos CCS em 2004¹. O Decreto nº 36.872, de 17 de janeiro de 2005, criou o Sistema Estadual de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SEESP), atribuindo ao ISP a responsabilidade pela gestão dos dados estatísticos oficiais. Assim, em menos de três anos, o instituto estabeleceu sua função central de produtor de dados de segurança pública e na promoção da participação social na área. Nesse primeiro momento, entre 2003 e 2005, o ISP apresentava um resumo do Boletim Mensal por meio de entrevistas coletivas (Miranda, 2008, p. 28).

¹ A regulamentação das atividades dos CCS se dá por meio da Resolução da Secretaria de Segurança Pública (SSP) nº 607, de março de 2003, e a Resolução SSP nº 629, de maio do mesmo ano, que buscaram revitalizá-los, constituídos em 1999 através de Cafés Comunitários em 1999, como uma estratégia de aproximação entre polícia e comunidade.

Polícia ocupará favelas do Complexo da Maré

Secretário de Segurança diz que ação será permanente para evitar os ataques de bandidos nas vias expressas



OPERÁRIO DESMONTA um dos contêineres usados por traficantes

Ana Cláudia Costa e Isabel Kapschitz

Policiais de elite vão ocupar as favelas do Complexo da Maré, principalmente Vila dos Pinheiros e Vila do João, para evitar ações de bandidos nas vias expressas da região. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Segurança, Anthony Garotinho, uma semana após a inauguração do 22º BPM (Maré), o perímetro construído em uma favela.

Polícia tentará localizar depósitos de armamentos

O secretário disse que o grupo será composto por policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), do Batalhão de Operações Espe-

ciais (Bope), do serviço reservado do próprio 22º BPM e do serviço de inteligência da Secretaria de Segurança. Os objetivos, segundo Anthony Garotinho, são identificar e prender traficantes da localidade e detectar onde estão os paióis de armas.

— Vamos ficar dentro da Vila dos Pinheiros e da Vila do João e fazer investigação até que acabe esse negócio de fechar via expressa. Acabou essa história. Assim como acabamos com a história de ônibus queimados — disse o secretário.

Diferentemente do que informou a Polícia Militar, os contêineres que estavam sendo usados como escondo por traficantes da Vila do João, no Comple-

xo da Maré, foram retirados pela empresa Novo Horizonte Jacepaguá Importações e Exportações e não pela PM. As peças foram levadas para terrenos do estado no Engenho de Dentro. A empresa, que realiza manutenção e estoque de contêineres, já retirou 37 das 40 caixas de aço, desde domingo, enviando-as para um galpão de sua propriedade. As paredes dos contêineres são feitas de aço e têm dois milímetros de espessura. Medem seis ou 12 metros de comprimento, por 2,55 metros de altura e 2,40 metros de largura.

Prefeitura quer alugar terreno

O terreno onde ficavam os contêineres mede 18.503 me-

tros quadrados e pertence à prefeitura há quatro anos.

Segundo o subprefeito da Ilha do Governador, Wanderley Mariz, já houve planos de transformar o local em área de lazer e em escola, mas nada foi feito devido ao perigo de balas perdidas.

— Pretendemos alugar a área para empresários. Os contêineres, de certa forma, previniam invasões. Agora esperamos que a polícia aja de forma incisiva para coibir possíveis invasões.

Traficantes usam contêineres como barricada com frequência. Só neste fim de semana, houve três trocas de tiros entre traficantes e policiais na altura do Complexo da Maré. ■

Caem números de sete tipos de crime

Roubos em ônibus, lojas e residências, no entanto, cresceram em maio

Gustavo Goulart

Os números de três dos dez tipos de crime destacados pela Secretaria de Segurança Pública nos índices de violência subiram em maio em comparação com o mesmo mês do ano passado: roubos em ônibus (8,7%), em estabelecimentos comerciais (11,6%) e em residências (8,4%). Os outros sete registraram queda, segundo os índices divulgados ontem, com atraso, pelo diretor do Instituto de Segurança Pública (ISP), coronel Jorge da Silva. Os números de homicídios dolosos, por exemplo, baixaram 10,2% (de 667 em maio de 2002 para 599 este ano).

A divulgação veio acompanhada de uma novidade: a partir de agora, a Secretaria de Segurança distribuirá, juntamente com os números, o Boletim Mensal de Monitoramento e Análise, um livro contendo informações detalhadas sobre as tabulações feitas pelo Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública (Nupej).

Ele traz, por exemplo, separado por Áreas Integradas de Segurança Pública, o cálculo da média de casos de alguns tipos de crimes no período de janeiro de 2001 a abril de 2003. A região que apresentou um número de registros de determinado tipo de crime superior à média da área é pintada de vermelho no mapa e recebe a qualificação de

gravíssima. É o caso da Alsp 31 (Barra da Tijuca) com relação a casos de homicídios dolosos. O boletim não mostra o número de casos e serve para nortear o trabalho da polícia.

— É para que possamos cobrar mais de delegados e dos policiais militares de cada região — disse Jorge da Silva.

Balas perdidas matam uma pessoa e ferem duas

No mesmo dia em que os números da criminalidade foram divulgados, mais três vítimas de balas perdidas entraram para a estatística da violência. A aposentada Juracy Florentina Luiz, de 81 anos, morreu ontem ao ser ferida durante tiroteio entre policiais e bandidos em

Duque de Caxias. Em São João de Meriti, duas pessoas foram feridas por balas perdidas em outra tentativa de assalto.

Em Caxias, o tiroteio começou quando o ex-PM Anthony Anderson de Azevedo, de 28 anos, foi abordado por seguranças e PMs na porta da Caixa Econômica Federal. Uma bala atingiu Juracy, que estava num ponto de ônibus. Antony foi preso, mas três ladrões fugiram.

Em Meriti, quatro homens tentaram assaltar um carro-forte que abastecia com dinheiro uma agência do Bradesco. Um segurança reagiu e começou o tiroteio. Picaram feridos os aposentados José da Silva Marinho, de 54 anos, e Gelson Oliveira, de 62. O bando fugiu. ■

Delegacia vai investigar falsificações de CDs

Empresários investiram R\$ 400 mil na nova unidade especializada que foi inaugurada ontem

O secretário de Segurança Pública, Anthony Garotinho, inaugurou ontem a Delegacia Anti-Pirataria, em São Cristóvão. O evento teve a participação da cantora Nana Caymmi que representou cantores e compositores que fazem campanha de combate à falsificação de CDs. Empresas e associações doaram R\$ 400 mil para viabilizar o projeto.

O chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins, destacou 35 policiais treinados para a nova delegacia. Serão investigadas falsificações de CDs, DVDs, cigarros, bebidas e roupas, entre outras. O secretário inaugurou

em São Gonçalo o Posto de Polícia Técnica da Região Grande Rio, que vai agilizar os processos de laudos de perícia criminal e será o novo Instituto Médico-Legal da região.

A Secretaria de Segurança Pública informou que a sindicância que apura denúncia de crime de pirataria contra o professor Isnard Martins, ex-coordenador do Programa de Descentralização do Setor de Retrato Falado da Secretaria, ainda está em andamento e dentro do prazo. Isnard foi acusado de ter copiado o banco de dados do seu programa Faces. ■

Primeira matéria com divulgação de dados | Fonte: Jornal O Globo.

No período de 2005 a 2007, o ISP buscou otimizar esse trabalho com a criação de diversos produtos e a construção de parcerias estratégicas, como, por exemplo, com a União Europeia. Entre os produtos, destacam-se os relatórios mensais de Incidências Criminais do Estado e os Resumos Mensais por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), conhecidos como RMA. Para os órgãos públicos, os Books Estatísticos eram distribuídos mensalmente em versão impressa, apresentando as principais estatísticas do estado. Esses produtos continuaram a ser produzidos até aproximadamente 2015, quando foram substituídos por outras propostas de apresentações de dados.

As Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP) constituem a esfera de integração territorial, em nível operacional, de atuação e responsabilidade conjunta das Companhias Integradas da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM) com as Delegacias de Polícia da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL). Segundo esse modelo de integração geográfica, as CISP caracterizam a menor instância de apuração dos indicadores de criminalidade. A divisão territorial do estado do Rio de Janeiro conta com um total de 138 CISP.

As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) correspondem, geograficamente, às áreas de atuação de um batalhão ou Companhia Independente da SEPM e às circunscrições das delegacias da SEPOL contidas na área de cada batalhão. As AISP foram criadas através da Resolução SSP nº 263, de 26 de julho de 1999, como parte de uma política de segurança pública que tinha por objetivo estreitar a ligação entre as Polícias Civil e Militar, assim como entre estas e as comunidades abrangidas pelas AISP, por meio da gestão participativa na identificação e resolução dos problemas locais de

segurança pública. A atual divisão territorial do estado do Rio de Janeiro contempla um total de 39 AISP.

Por sua vez, as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) visam à articulação territorial regional, no nível tático, entre a SEPOL e a SEPM. A adequação geográfica entre as circunscrições territoriais de atuação das Polícias, no contexto das RISP, se consolida, na prática, ao nível dos Departamentos de Polícia de Área (DPA) da SEPOL e dos Comandos de Policiamento de Área (CPA) da SEPM. Os diretores dos DPA e os comandantes dos CPA, além das atribuições internas inerentes às suas respectivas instituições, são responsáveis por estabelecer estratégias de integração e cooperação regionais, instituir um fórum permanente de análise, compartilhamento de informações e ações conjuntas, adequar os recursos humanos e logísticos às necessidades regionais, acompanhar e avaliar as ações realizadas, bem como promover uma rotina de reuniões e monitoramento do cumprimento das metas operacionais e administrativas pertinentes à sua região. O estado do Rio de Janeiro está dividido em sete RISP.

O ISP também produzia relatórios detalhados sobre apreensões de armas de fogo, que eram encaminhados à Delegacia de Repressão às Armas e Explosivos (DRAE) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Vale destacar as capacitações desse período, como aquele realizado em março de 2006, com o nome de Curso Temático e Pedagógico para Formação de Docentes das Escolas de Polícias do Rio de Janeiro, apoiado pela União Europeia, e o I Seminário de Formação Policial e Segurança Pública, realizado em novembro de 2006.

O ano de 2007 destacou-se pela realização dos Jogos Pan-Americanos, o primeiro de uma série de megaeventos sediados na cidade do Rio de Janeiro, para os quais o ISP monitorou crimes em apoio ao governo do estado. Neste mesmo ano, foi lançado o principal produto do ISP: o Dossiê Mulher. Editado anualmente, sua

produção atende à Lei Estadual nº 4.785, publicada em 26 de junho de 2006, referente à elaboração e divulgação de estatísticas sobre a violência contra a mulher. É importante destacar que, antes da promulgação da lei, em 2005, o ISP publicou, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), a cartilha Violência contra a mulher é crime. A primeira edição impressa saiu em 2010, ano de seu reconhecimento público ao ser indicado, em maio daquele ano, para o Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha², oferecido pela Secretaria de Políticas para Mulheres do governo federal. O Dossiê Mulher ficou entre os três finalistas na modalidade “Estudos e Pesquisas”. Em 2024, comemora-se a 19ª edição do relatório, consolidando-o como um exemplo de continuidade na política pública de transparência de dados e de proteção às mulheres.

² Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/lei-maria-da-penha/8-3-premio-boas-praticas-na-aplicacao-divulgacao-ou-implementacao-da-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 25 jul. 2024.

VIOLÊNCIA ■ Relatório revela que parceiros respondem pela metade dos crimes

Mais de 110 mulheres foram agredidas por dia ano passado

Uma média de 118 mulheres foram vítimas de lesão corporal dolosa e 103, ameaçadas, diariamente, no Estado no ano passado. Estes dados constam no segundo **Dossiê da Mulher**, divulgado ontem pelo Instituto de Segurança Pública, um dia depois do Dia Internacional da Mulher. Cerca da metade dos acusados de agressão física e ameaça contra mulheres foram companheiros ou ex-parceiros, caracterizando os crimes como violência doméstica.

O relatório revelou que as mulheres representam a maioria das vítimas em casos de atentado violento ao pudor (66,2%), ameaça (61,2%) e lesão corporal dolosa (58,8%). Ao todo, foram 1.922 casos de atentado ao pudor, 61.800 de ameaça, e 73.506 de lesão corporal em 2006.

Coordenadora de pesquisa do ISP, Lana Lage explica que o

objetivo principal do levantamento é dar visibilidade à violência contra a mulher e motivar as vítimas a registrarem os crimes em delegacias.

– Muitas mulheres acham que o problema acontece só com elas, mas é preciso ter a consciência de que a violência contra a mulher é um problema

Houve uma média mensal de 107 vítimas de estupro, ou quatro mulheres por dia

social – asinhou Lana. – Costuma se dizer que em briga de marido e mulher não se mete a colher, mas não deve ser assim. O levantamento pode servir para que sejam delineadas ações para coibir a violência, e estimular mulheres a denunciarem.

Os dados foram computados com base nos registros de todas as delegacias do Estado, no ano passado. Segundo o levantamento, houve uma média mensal de 107 vítimas de estupro, o que corresponde a quatro mulheres por dia. A maior parte das vítimas de estupro (54,1%) tinha entre 12 e 24 anos. Neste delito, 54,8% das vítimas conheciam os autores, que eram companheiros, ex-companheiros, pais, padrastos e amigos.

Nos casos de homicídio doloso, 6,5% das vítimas eram mulheres no ano de 2006, de um total de 6.323. Em 27,8% dos homicídios de mulheres, as vítimas conheciam os acusados, e 11,3% dos acusados eram companheiros ou ex-companheiros.

Lana ressaltou também que, nas áreas em que há Delegacias de Atendimento à Mulher (Deams), o número de regis-

tros é superior às regiões em que só há delegacias distritais. No ranking de atentado violento ao pudor contra mulheres, seis das 10 primeiras áreas integradas de Segurança Pública (Aisp) possuem delegacias especializadas.

– Quando existe uma Deam perto, a mulher tem mais coragem de romper obstáculos morais e fazer o registro, porque lá há equipes especializadas que sabem lidar com cautela com os casos – explicou a coordenadora do ISP.

A 20ª AISP – que inclui Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita e posse – aparece como campeã na maioria dos delitos. Ano passado, Cristina Ribeiro foi perseguida e seqüestrada pelo marido, que manteve 50 reféns no ônibus 499, em Nova Iguaçu.

■ Leia e opine no **JB Online**
www.jb.com.br / 24 horas

Primeira matéria do Dossiê Mulher |
Fonte: Jornal do Brasil.

Em 2008, foram concluídas as duas ações previstas no Convênio com a União Europeia, que haviam mobilizado grande parte da equipe nos dois anos anteriores. O primeiro projeto teve como foco a elaboração e divulgação da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizada entre 2007 e 2008. Foi desenvolvida uma metodologia padrão para que pesquisas semelhantes possam ser aplicadas em todo o país, possibilitando comparações de resultados em nível nacional e internacional. Os dados foram obtidos mediante entrevistas realizadas em aproximadamente 75 mil domicílios da Região Metropolitana do Estado.

ZONA NORTE
Município de Madureira, Secretaria de Polícia, Polícia de Segurança Pública, Polícia de Defesa Civil, Polícia de Defesa do Meio Ambiente, Polícia de Defesa do Patrimônio Cultural, Polícia de Defesa do Turismo, Polícia de Defesa do Trânsito, Polícia de Defesa do Trabalho, Polícia de Defesa do Urbanismo, Polícia de Defesa do Verde, Polícia de Defesa do Zonamento, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado, Polícia de Defesa do Zonamento Integrado, Polícia de Defesa do Zonamento Multifuncional, Polícia de Defesa do Zonamento Plurianível, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Misto, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Residencial, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Comercial, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Industrial, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Institucional, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Público, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Privado, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Misto, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Residencial, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Comercial, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Industrial, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Institucional, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Público, Polícia de Defesa do Zonamento Especializado de Uso Privado.

Agressão a mulheres é maior em Madureira

Pesquisa de SP mostra que total de crimes violentos registra os números mais altos de casos na cidade

Quando existe uma Deam perto, a mulher tem mais coragem de romper obstáculos morais e fazer o registro, porque lá há equipes especializadas que sabem lidar com cautela com os casos – explicou a coordenadora do ISP.

A 20ª AISP – que inclui Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita e posse – aparece como campeã na maioria dos delitos. Ano passado, Cristina Ribeiro foi perseguida e seqüestrada pelo marido, que manteve 50 reféns no ônibus 499, em Nova Iguaçu.

■ Leia e opine no **JB Online**
www.jb.com.br / 24 horas

Primeira matéria do Dossiê Mulher |
Fonte: Jornal O Globo.

O segundo projeto promoveu o lançamento de 12 livros, considerados como Manuais de Orientação sobre Procedimentos das Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro. O conteúdo dessas publicações foi redigido por especialistas, em parceria com a União Europeia e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR).



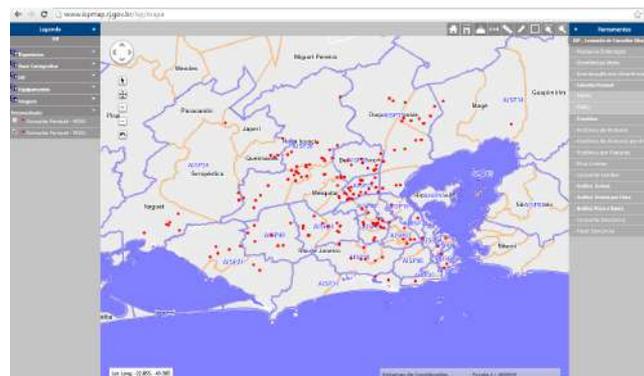
Manual de orientação sobre procedimentos |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Também em 2008, foi desenvolvido o Sistema de Integração e Análise de Dados (SIAD), projeto cuja finalidade consistia em otimizar os processos de consolidação, cruzamento e análise estatística de dados produzidos pelas Polícias Civil, Militar e Guarda Municipal. O ISP testou o SIAD no município de São Gonçalo como projeto-piloto, que, infelizmente, não avançou.

No mesmo ano, foi estruturado o Observatório de Análise Criminal (OAC), um centro dedicado à análise de dados relevantes para a segurança pública, com ênfase na utilização de geoprocessamento e métodos quantitativos.

Naquele momento, o ISP passou a receber dados do Atendimento 190, provenientes da então Superintendência de Comando e Controle da Secretaria de Estado de Segurança Pública. O OAC desenvolveu um sistema on-line chamado ISPMMap, que apresentava, de maneira geoespacial, as ocorrências dos últimos 30 dias em localidades da Região Metropolitana. O sistema era acessível apenas na intranet da então Secretaria de Estado de Segurança (SE-SEG), e seus usuários eram cadastrados e treinados pelo ISP. Esse sistema foi o

embrião do que, em 2016, viria a se tornar o ISPGeo.



ISP Map | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Nesse período, também foram criadas as Carteiras de Análise Criminal, dedicadas aos Homicídios Dolosos, aos Roubos de Veículos e aos Crimes de Rua. A cada seis meses, um relatório era elaborado com o intuito de provocar a discussão sobre a dinâmica dos crimes, visando aprimorar a atuação dos gestores de segurança. Para um diagnóstico mais completo, além da análise quantitativa dos delitos, era realizado um acompanhamento qualitativo do problema que se pretendia tratar, a fim de subsidiar ações a serem implementadas pelo governo.

Em 2009, ocorreu a adequação da agregação de delitos criminais e ocorrências administrativas publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Ja-

neiro ao padrão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). No mesmo ano, houve a implantação de um sistema informatizado para o cadastramento das questões tratadas em cada reunião dos CCS, o que acelerou a compilação das informações disponíveis aos Comandantes e Delegados da área.

Tomando forma a partir de 2007, diante das preocupações do Governo do Estado do Rio de Janeiro em aprimorar a gestão de áreas consideradas estratégicas, incluindo a segurança pública, nos moldes do que já era aplicado no terceiro setor, o Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM) foi formulado com base em teorias da Gestão de Negócios, comumente utilizadas na esfera privada, especialmente as da Gestão da Qualidade Total (*Total Quality Management* ou TQM), buscando a melhoria contínua de seus próprios processos (Cortes *et al.*, 2019). Nesse sentido, em 2009, seguindo a tendência de gestão inovadora à época, baseada em indicadores de desempenho, foi contratada uma empresa de consultoria especializada em gestão. No decorrer desse processo, o SIM conseguiu consolidar o

estabelecimento de metas para a atuação policial integrada, baseando-se em Indicadores Estratégicos de Criminalidade. O atingimento de tais metas é recompensado com o pagamento de gratificações aos policiais das unidades com resultados positivos, além de premiações simbólicas aos policiais que se destacam pela integração entre polícias. Nesta esteira, ampliou-se a necessidade de qualificação dos policiais em técnicas quantitativas e análise criminal. Assim, em janeiro de 2010, o ISP passou a ministrar a disciplina “Métodos Quantitativos em Segurança Pública” para os alunos do 3º ano do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO).

Ao longo de sua existência, o SIM vem experimentando modificações e melhorias motivadas por resultados de estudos de iniciativa da própria coordenadoria, como *workshops*, seminários, relatórios de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, decisões judiciais, iniciativas legislativas e ponderações dos policiais que operam o programa.

Para comemorar os dez anos do ISP, em 2009, foram lançados os folhetos da Pesquisa sobre Pessoas Desaparecidas e os Cadernos de Segurança Pública. Desde então, diversas pesquisas e estudos têm sido publicados, contribuindo significativamente para a compreensão e a melhoria da segurança pública no estado.



Folheto da Pesquisa sobre Pessoas Desaparecidas |
Foto: Instituto de Segurança Pública.

Posteriormente, em 2010, foi conduzido um estudo sobre a Reestruturação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), que serviu de base para a nova configuração das AISP no estado. Dois anos depois, em

2012, foi realizada a Pesquisa de Avaliação da Gestão da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, um levantamento, em formato de *survey*³, que abordou temas relacionados ao sentimento de insegurança da população e à vitimização sofrida pelos cidadãos. Em 2013, o foco se debruçou na pesquisa sobre o Regime Adicional de Serviço (RAS) da Polícia Militar, que ajudou a corporação na avaliação desse expediente de incentivo laboral. Nesse ano, houve outro megaevento na cidade do Rio de Janeiro: a Jornada Mundial da Juventude, quando foram recebidos peregrinos de todo o mundo. O ISP teve papel fundamental ao mapear os locais que receberam os visitantes, contraindicando aqueles com maiores taxas de crimes. Nesse mesmo período, o instituto assessorou o governo brasileiro em sua candidatura aos Jogos Olímpicos nas questões relativas à segurança pública. Além disso, participou de inúmeras reuniões e sabatinas com os avaliadores do Comitê Olímpico Internacional, apresentando dados da excelência

³ Método de pesquisa que utiliza perguntas padronizadas para coletar dados de um grupo específico, buscando entender opiniões, comportamentos ou características dessa população.

das Polícias Civil e Militar em atuar em eventos com grande concentração de público, como o carnaval e o réveillon.

Durante a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil, o ISP trabalhou diariamente para entregar relatórios sobre a dinâmica criminal, sempre no primeiro horário da manhã, a fim de subsidiar as decisões estratégicas e táticas dos responsáveis pela segurança pública da cidade. O mesmo ocorreu durante os Jogos Olímpicos de 2016, sediados na cidade do Rio de Janeiro. Um ano antes, em 2015, foi realizada a pesquisa sobre o projeto-piloto da Companhia Integrada de Polícia de Proximidade (CIPP), que

serviu de embrião para o programa Segurança Presente.

Ainda em 2016, foi realizada uma pesquisa sobre o Uso de Ferramentas de Análise Criminal na Polícia Militar, que permitiu compreender o desempenho desse trabalho nas diferentes unidades policiais. Seus resultados levaram o ISP a reformular completamente o antigo ISPMMap. Com um novo sistema de tecnologia e direcionamento, foi concebido o ISPGEO, a ferramenta de análise criminal desenvolvida pelo instituto, lançada em 2016 e utilizada diariamente pelas Polícias Civil e Militar até hoje.



Plataforma ISPGEO | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Neste mesmo ano, junto à Coordenadoria de Estatística, também foi criado o Núcleo de Qualificação e Estatísticas de Mortes por Causas Externas (NUQUALI), dedicado a apurar os dados classificados com causa indeterminada nas declarações de óbito. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram foco de esforços, com a criação do Índice de Risco Operacional (IROp) e a elaboração de um Balanço da Política de Pacificação.

Dois produtos criados em 2016 se mantêm até hoje: o relatório Segurança em Números, que, a partir de 2022, tornou-se totalmente digital e interativo, fornecendo dados resumidos sobre o ano anterior; e o Monitoramento Semanal e Mensal de Ocorrências, encaminhado por e-mail aos gestores governamentais, com informações sobre as áreas que apresentam oscilações fora do esperado. Houve ainda o estudo sobre homicídios na Baixada Fluminense e em São Gonçalo, produzido em 2016 por meio de um edital da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que contribuiu para uma melhor compreensão das dinâmicas desses locais. No mesmo ano, foi realizada a pesquisa sobre as Delegacias

de Homicídios e a Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que mapeou os processos das Delegacias de Homicídios (DH).



Relatório Segurança em Números 2024 |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Em 2017, foi executado o projeto Conselhos Conectados de Segurança, em parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Cândido Mendes (UCAM). O objetivo foi criar um *chatbot* no Facebook que ajudasse os CCS a priorizar pautas e demandas em suas reuniões. Nesse mesmo ano, também foi realizada a primeira pesquisa sobre o portal ISPGeo, que avaliou a satisfação dos usuários com a ferramenta. Além disso, foi lançado o ISPDados, que ampliou a transparência dos dados divulgados pelo ISP.

Dessa forma, a instituição seguia uma **trilha da democratização das**

estatísticas. A partir de 2002, o instituto já produzia planos tabulares que atendiam de forma padronizada aos cidadãos e gestores públicos, como os RMA e as publicações dos indicados em Diário Oficial. Sequencialmente, em 2009, passou a disponibilizar microdados rotineiramente aos policiais, pesquisadores e jornalistas. Com o lançamento do ISPGeo e do ISPDados, a instituição deu mais um passo importante, criando sistemas que permitem aos usuários gerar tabelas, gráficos e mapas personalizados de acordo com suas necessidades.

Em 2018, a pesquisa intitulada Circunstâncias Relacionadas à Letalidade Violenta no estado do Rio de

Janeiro identificou as características dos crimes letais, detalhando as principais circunstâncias em que ocorrem. No mesmo ano, a instituição prestou apoio técnico ao 2º, 7º e 9º Batalhões de Polícia Militar⁴, assim como à Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo, em questões relativas à análise criminal e ao uso de dados. Em julho, foi criado o Núcleo de Inteligência. Ainda em 2018, iniciou-se a parceria com a Delegacia de Roubos e Furtos de Carga (DRFC), que permanece até hoje e permite a compreensão da relação entre os locais de roubo e transbordo de cargas no estado. Todos esses trabalhos tiveram seus resultados apresentados na 11ª edição dos Cadernos de Segurança Pública.



Portal ISPDados | Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Dossiê Roubos de Carga 2019 | Foto: Reprodução do acervo institucional, autor desconhecido.

⁴ O 2º BPM fica em Botafogo e também abrange bairros vizinhos, e o 3º corresponde ao Méier e adjacências; ambos na capital. O 7º BPM é responsável pelo município de São Gonçalo.

O ano de 2019 foi desafiador, marcado pela chegada da Coordenadoria do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (COOSIM), herdada da antiga SESEG, que havia sido extinta. Com a nova atribuição de coordenar e disseminar a metodologia do programa, o ISP expandiu suas responsabilidades e atuação em prol da segurança pública.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da covid-19, que afetou profundamente o mundo inteiro, especialmente o ambiente laboral, que precisou se adaptar rapidamente. Ainda assim, na trilha da inovação, o ISP lançou uma nova série de publicações, nomeadas de Textos para Discussão. O primeiro texto abordou as apreensões de armas e explosivos em 2019. Outro produto de destaque foi o Monitor da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Período de Isolamento Social, que forneceu informações essenciais para a prevenção da violência contra a mulher durante todo o período de isolamento social.

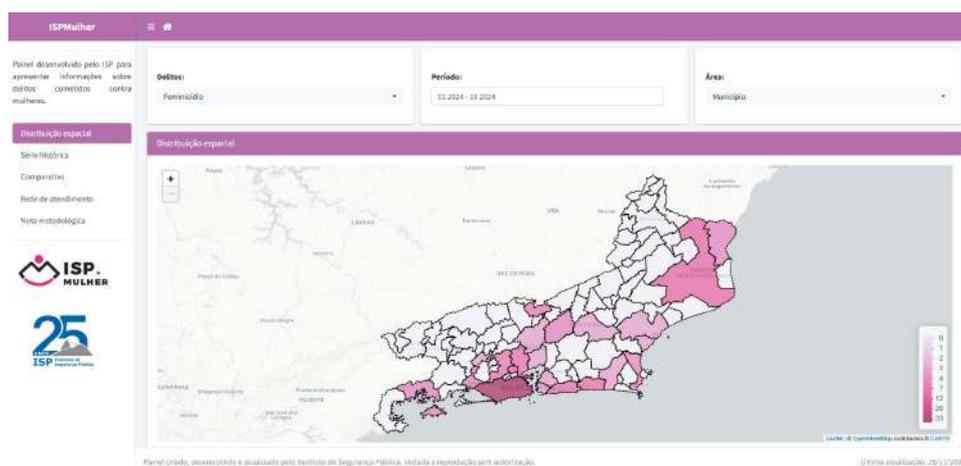
Monitor da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Período de Isolamento Social

Período completo de isolamento social

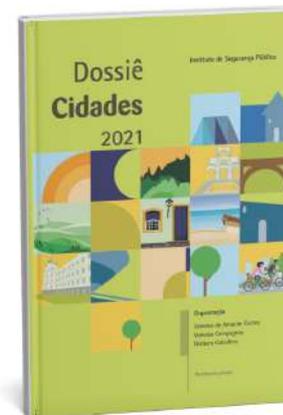
No período analisado de isolamento social no estado do Rio de Janeiro em 2020 (13 de março a 31 de dezembro), houve queda em relação ao mesmo período de 2019 no número de registros de ocorrências na Polícia Civil. O número de ligações para o **Disque Denúncia** sobre "Violência contra Mulher" também reduziu (-20,3%). Por outro lado, o **Serviço 190** da Polícia Militar apresentou aumento na quantidade de ligações sobre "Crimes contra a Mulher" (1,6%), na

Monitor de Violência Doméstica |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Apesar dos diversos desafios presentes no retorno gradual dos servidores aos escritórios, em 2021, o ISP manteve-se na vanguarda ao criar o ISPMulher, núcleo dedicado exclusivamente a compreender e enfrentar as diversas formas de violência contra a mulher. Neste mesmo ano, também foi criada a Ouvidoria do instituto, estreitando os laços com a sociedade civil, especialmente com os cidadãos. Outros marcos foram a publicação do Novo Guia Prático dos CCS, que esclarece dúvidas sobre o funcionamento dos Conselhos, e a publicação do Dossiê Cidades. Ambos reforçaram a compreensão de que a segurança pública não é responsabilidade apenas do ente estadual, mas um dever de todos, incluindo os municípios e os cidadãos. Vale ressaltar que, a partir deste ano, as capacitações ganharam novo fôlego, com 416 policiais treinados em diversos temas afeitos à missão institucional do ISP.



Plataforma ISPMulher | Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Dossiê Cidades 2021 |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Em 2022, foi lançado o Manual dos Conselhos Comunitários de Segurança, cujo objetivo é subsidiar o desenvolvimento e difusão dos Conselhos pelo estado. Outra novidade deste ano foi a publicação de diferentes painéis interativos e temáticos, que facilitaram a busca por informações, como o ISPTrânsito, o painel de roubo e furto de bicicleta e o dedicado à discriminação. A importância dada às cidades pelo ISP manteve-se com a busca ativa para assinatura de acordos de cooperação técnica para troca de dados, permitindo o acesso a informações e dados das guardas municipais e Secretarias de Ordem Pública, além de orientá-las a criar e participar dos CCS.

O ano de 2023 foi marcado pelo lançamento de dois fóruns: o Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança e o Fórum Dossiê Mulher. O primeiro evento, realizado no primeiro semestre, contou com mais de 800 pessoas, um recorde entre todos os eventos já organizados pelo instituto. Na ocasião, três representantes dos CCS foram eleitos para o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado

do Rio de Janeiro (CONSPERJ). O segundo fórum, por sua vez, realizado no segundo semestre, buscou transformar o lançamento do relatório em um grande evento de conscientização sobre as diferentes formas de violência contra a mulher. Na mesma seara, o ISP participou ativamente na produção do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Outro recorde conquistado em 2023 foi o de maior número de policiais e conselheiros treinados em análise criminal e segurança pública, totalizando 661 pessoas.

Desde 2022, o ISP também foi chamado para atuar em diversas frentes, com destaque para o apoio à elaboração do Plano de Redução de Letalidade do estado do Rio de Janeiro e para o suporte técnico-estatístico aos responsáveis pela execução e avaliação da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635⁵.

O ano de 2024, marcado pelas comemorações dos 25 anos da instituição, começou com a publicação de dois novos produtos: o ISPGeo 2.0, um portal totalmente reformulado em sua estrutura,

⁵ A ADPF 635 determinou restrições e estabeleceu critérios para a realização de operações policiais em favelas e outras áreas do estado do Rio de Janeiro durante o período da pandemia.

layout e ferramentas, e o ISPConecta, que atualiza a forma que os dados eram apresentados visualmente no *site* do instituto. Com um orçamento de apenas 0,03% do total destinado à segurança pública, o ISP continua a entregar produtos e serviços úteis aos cidadãos, jornalistas, pesquisadores, policiais e gestores públicos que se dedicam a garantir a segurança pública de nossas cidades.

Além das pesquisas, o ISP lançou diversas publicações e dossiês importantes durante esses 25 anos, alguns dos quais já foram mencionados anteriormente neste capítulo. Entre eles, destacam-se as 19 edições do Dossiê Mulher, as cinco edições do Dossiê Criança e Adolescente e as quatro edições do Dossiê Pessoa Idosa. Também foram publicados o Dossiê Trânsito, com três edições, o Dossiê LGBTQ+, o Dossiê de Crimes Raciais e o Dossiê Roubo de Carga, todos com uma edição cada. Desde 2020, foram publicados nove Textos para Discussão, que se aprofundam em temas específicos. Os Cadernos de Segurança Pública, por sua vez, contam com 16 edições até o momento. Foram divulgadas, ainda, quatro edições do Guia Prático dos Conselhos Comunitários de Segurança e três do Guia Prático do SIM.

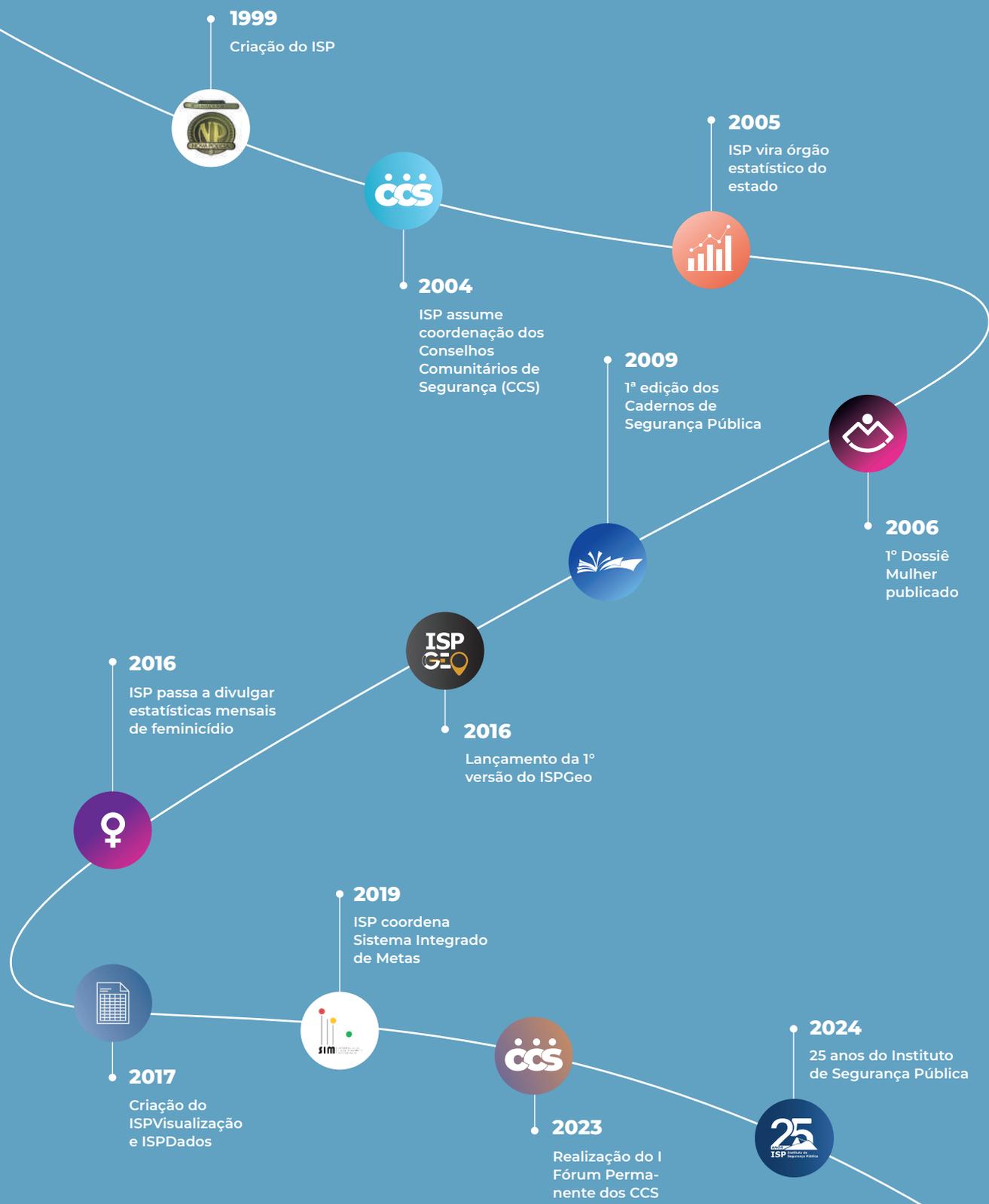
Por fim, houve dois relatórios dos Fóruns dos CCS, bem como um Manual e um Relatório dos CCS. Esses documentos contribuíram – e continuam a contribuir – de forma significativa para a pesquisa científica, a disseminação de informações e a análise de diferentes aspectos da segurança pública.



Lançamento do Dossiê Pessoa Idosa 2019 | Foto: Rafael Campos.



Lançamento do Dossiê Crimes Raciais 2020 | Foto: Acervo institucional.





Lançamento do Dossiê Trânsito 2019 | Foto: Rafael Campos.

CAPÍTULO 2



CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Desde a sua criação, o Instituto de Segurança Pública (ISP) tem reafirmado seu compromisso com a formação e o desenvolvimento permanente de operadores e gestores que atuam em diferentes níveis da segurança pública, abrangendo as esferas municipal, estadual e federal. O investimento em capacitação profissional é considerado essencial, uma vez que o aprimoramento das competências é um fator determinante para o êxito das políticas de segurança e para a construção de uma sociedade mais segura.

A formação contínua não apenas possibilita a aquisição de habilidades técnicas, mas também fomenta uma compreensão crítica das dinâmicas sociais e criminais, permitindo que os profissionais respondam de maneira mais eficaz aos desafios que enfrentam. Nesse contexto, o ISP busca promover a conscientização sobre a importância do uso de dados e evidências na formulação de decisões estratégicas, possibilitando que as respostas institucionais sejam fundamentadas em informações sólidas e atualizadas, o que é crucial para enfrentar os de-

safios contemporâneos da segurança pública de forma eficiente e assertiva.

Entre as diversas ações educacionais implementadas ao longo de sua trajetória, o ISP destaca-se pela realização de cursos que visam aprimorar as competências dos profissionais da segurança. Entre eles, o Curso Básico de Técnicas Quantitativas Aplicadas à Segurança Pública, ministrado anualmente entre 2008 e 2011, focou na introdução de métodos quantitativos para o diagnóstico criminal. Em 2013, foi oferecido o Curso de Capacitação para o Uso de Ferramentas e Metodologia do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados, que tinha como objetivo capacitar os gestores para o monitoramento e a avaliação das iniciativas de segurança. Já em 2017, o Curso de Análise Criminal Aplicada buscou aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas do comportamento criminal, proporcionando uma formação sólida para o desenho e avaliação das ações institucionais.

Desde 2018, o ISP tem direcionado esforços substanciais para a oferta

de capacitações voltadas à habilitação de agentes de segurança pública, visando à utilização adequada de ferramentas de análise criminal desenvolvidas internamente. Entre essas ferramentas, destacam-se o ISPGeo, o ISPGeo (Módulo Convênios) e a Plataforma Segurança Cidadã. Essa iniciativa tem se refletido no aumento significativo do número de policiais capacitados nos últimos anos, evidenciando um avanço na formação e na aplicação de técnicas de análise que contribuem para a eficiência das ações policiais, conforme ilustrado pelo gráfico abaixo.

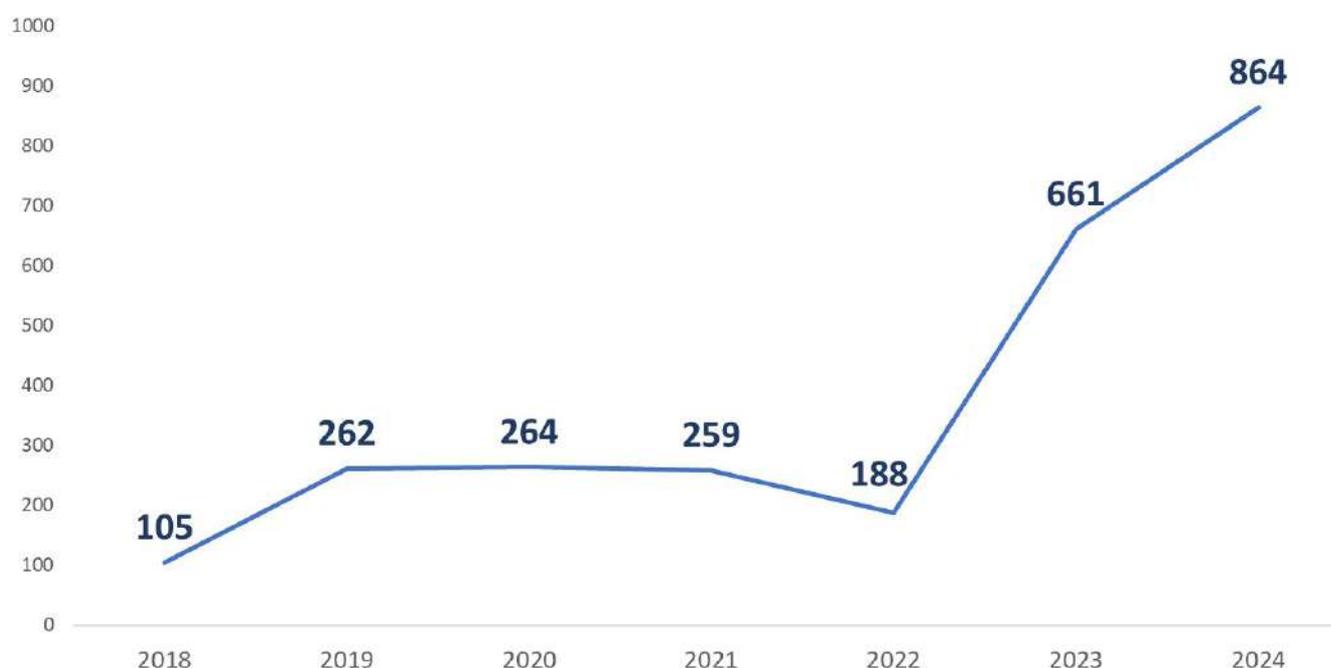


Gráfico 1: Série histórica anual de policiais e agentes capacitados pelo ISP – janeiro de 2018 a setembro de 2024 |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.

O crescimento do número de discentes também pode ser atribuído às reestruturações internas implementadas no decorrer da sua história. Em diversos períodos, o instituto não possuía uma área dedicada exclusivamente à educação e capacitação dos profissionais de segurança pública, sendo o intervalo mais longo sem essa estrutura entre 2007 e 2020. A criação do Núcleo de Ensino em 2021, inicialmente subordinado à Coordenadoria de Projetos e, posteriormente, elevado

à categoria de Coordenadoria em 2023, representou um marco importante para o ISP. Essas mudanças estruturais facilitaram a ampliação da disseminação do conhecimento em áreas críticas, como diagnóstico, monitoramento e avaliação do comportamento criminal. Em 2024, o ISP conseguiu retomar o Curso de Técnicas Quantitativas e, pela primeira vez, oferecer o Curso de Evidências na Segurança Pública Municipal, o que confirma o compromisso da instituição com a formação contínua e a qualificação de seus profissionais.

Vale destacar que as mudanças estruturais na área de ensino coincidiram com o período de adoção das medidas de isolamento social em decorrência da covid-19. Assim como muitas instituições de ensino, o ISP teve que se adaptar rapidamente ao ambiente virtual. Inicialmente, enfrentamos desafios significativos, como a dificuldade de acesso à internet e a necessidade de readequação dos conteúdos programáticos, além da adaptação dos alunos a novas metodologias de ensino. No entanto, essas limitações foram gradualmente transformadas em oportunidades, permitindo a ampliação do número de vagas nas capacita-

ções e promovendo a interação entre policiais que atuam nas áreas de análise criminal, planejamento operacional e inteligência em diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro.

Por fim, é importante ressaltar que o ISP tem se empenhado em contribuir com o trabalho de outras instituições por meio de suas Unidades de Ensino. Essa colaboração se manifesta tanto na estruturação de conteúdos quanto na realização de palestras e aulas.

Ao longo dos últimos anos, o instituto atuou em diversos cursos relevantes, como os Cursos de Formação Profissional oferecidos pela Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra (ACADEPOL), os Cursos de Inteligência da Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Esisperj), o Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Dom João VI (APM), além da Capacitação da Patrulha Maria da Penha – Guardiões da Vida, da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Estado de Polícia Militar (CAEs/SEPM) e do Curso Superior de Polícia da Escola Superior de Polícia Militar (ESPM).

Nota-se que o ISP tem se empenhado em oferecer diferentes tipos de capacitação aos profissionais da segurança pública, implementando iniciativas educacionais que promovem o uso de evidências e a análise crítica das dinâmicas criminais. A adaptação ao ambiente virtual e a colaboração com outras instituições são exemplos de como o instituto se ajustou aos desafios contemporâneos.

Nos próximos anos, o ISP continuará oferecendo conteúdos que fomentam a especialização, a incorporação do uso de novas tecnologias e a implementação de ações e projetos baseados no uso do conhecimento científico. Nesse sentido, a utilização de plataformas de aprendizado on-line, aliada à oferta de cursos presenciais, continuará possibilitando uma formação mais flexível e acessível.



Seminário de capacitação interna 2024 | Foto: Instituto de Segurança Pública.



Capacitação RISP 2 2023 | Foto: Instituto de Segurança Pública.



Capacitação Detran RJ 2021 | Foto: Instituto de Segurança Pública.



Curso básico de técnicas quantitativas aplicadas à segurança pública 2008 | Foto: Instituto de Segurança Pública.



Curso Acadepol 2021 | Foto: Instituto de Segurança Pública.

CAPÍTULO 3



UMA RETROSPECTIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA

Os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) são canais de participação social criados para promover o encontro entre membros da sociedade civil e as autoridades responsáveis pela segurança local. Sua estrutura organizacional é composta por pessoas voluntárias, eleitas democraticamente para os cargos de diretorias, e por representantes das polícias Civil e Militar – especificamente os comandantes e os delegados titulares de cada área respectiva.

As reuniões dos conselhos ocorrem, em geral, mensalmente, em locais acessíveis, conforme consta no regulamento⁶. Esses encontros têm duração de até duas horas e são preparados pelos membros efetivos das diretorias, que agendam, divulgam, conduzem e registram essas solenidades – que são marcadas pelo uso predominante da oralidade, ritualizadas por um padrão de regulamentos e eternizadas em atas.

Como explicitam Matheus *et al.* (2021), os Conselhos Comunitários de Segurança possuem membros de três categorias: natos, efetivos e participantes. Os integrantes natos são representantes de organizações policiais, como as polícias Civil e Militar, possuindo responsabilidades nas áreas de circunscrição dos conselhos. Os membros efetivos⁷ são voluntários, com idade mínima de 18 anos, que residem, trabalham ou estudam em áreas de circunscrição do CCS ou em áreas vizinhas que não possuam conselho organizado. Já os membros participantes são os demais frequentadores dos encontros, que não se enquadram como membros natos ou efetivos. As diretorias, também parte integrante dos conselhos, devem ser compostas por membros natos e integrantes efetivos eleitos.

⁶ Disponível em: https://www.rj.gov.br/isp/legislacao_ccs. Acesso em: 16 de out. 2024.

⁷ “A composição da diretoria dos membros efetivos contempla os seguintes cargos: a) presidente; b) vice-presidente; c) 1º secretário; d) 2º secretário; e) diretor social e de assuntos comunitários” (Matheus *et al.*, 2021, p. 13).

CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO

Os CCS foram criados pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, inicialmente submetidos à sua gestão, por meio da promulgação da **Resolução SSP nº 263, de 26 de julho de 1999**, que também regulamentava a coordenação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). Posteriormente, essa norma foi alterada pela **Resolução SSP nº 607, de 24 de março de 2003**. Os Conselhos foram concebidos para promover a interação das autoridades de segurança pública com a população, em conformidade com a divisão territorial das AISP.

A idealização dos CCS foi norteadada por uma filosofia de polícia comunitária⁸ e/ou de proximidade⁹. Na década de 1980, já havia uma preocupação institucional dentro da Polícia Militar com a

criação e a manutenção de canais de diálogo entre os órgãos públicos de segurança e a sociedade civil (Leal *et al.*, 2010 *apud* Orlinda, 2013, p. 17). Em parte, por isso, a **Constituição Estadual do Rio de Janeiro, de 5 de outubro de 1989**, estabelece nos parágrafos 2º e 3º do artigo 183 os Conselhos Comunitários de Defesa Social, cujo papel seria o de assessorar os órgãos de segurança pública (Patrício, 2011, p. 28).

Antes da criação dos CCS, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) promovia encontros denominados Cafés Comunitários, que serviam para atrair e estabelecer vínculos com a população. Sua regulamentação, no entanto, só ocorreu cerca de quatro anos após a criação dos Conselhos Comuni-

⁸ “A ideia de uma polícia orientada para a solução de problemas e a melhoria da qualidade de vida de comunidades, nos moldes da filosofia de polícia comunitária, foi introduzida no Brasil nos anos 80, tendo como principal precursor e defensor o Coronel Carlos Nazareth Cerqueira, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro” (Beato, 2002, p. 117 *apud* Orlinda, 2013, p. 17).

⁹ “[...] a polícia de proximidade é uma filosofia na qual policiais e cidadãos dos mais diversos segmentos sociais trabalham em parceria, desenvolvendo ações em regiões territoriais específicas, promovendo o controle das questões relacionadas ao fenômeno criminal, objetivando a melhoria da qualidade de vida das pessoas daqueles locais. Para este objetivo, busca a participação da comunidade, a fim de construir laços de confiança, estabelecendo pontes entre demandas reprimidas e ofertas possíveis e a consequente legitimidade das ações policiais” (Rio de Janeiro, 2014).

tários de Segurança. Embora os CCS e os Cafés Comunitários coexistissem formalmente, havia uma distinção clara entre eles: os CCS envolviam a participação de diversas autoridades, enquanto os Cafés Comunitários contavam exclusivamente com a Polícia Militar.



Forum do CCS de Belford Roxo 2019 | Foto: Diego Gimenes.



Reunião na comunidade do Muzema 2022 | Foto: Diego Gimenes.

1999

• **Criação do ISP**

28 de dezembro de 1999
O Instituto de Segurança Pública (ISP) é criado pela Lei nº 3.329, cinco meses após a formalização dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS).

• **Vinculação dos CCS ao ISP**

Os CCS passam a ser administrados pelo ISP, por meio da Coordenadoria dos CCS, que assume a coordenação, planejamento das atividades e a divulgação do calendário de reuniões.

2004

• **O Marco Regulatório dos CCS**

16 de junho de 2021
Esse decreto sistematiza as resoluções anteriores e estabelece a institucionalização do fórum temático dos conselhos, de caráter permanente, com encontros periódicos e a inclusão do governador do estado entre os participantes. Também permite a reeleição das diretorias por até quatro anos consecutivos.

2018

• **Primeiro Decreto Regulatório**

27 de dezembro de 2018
O Decreto nº 46 aprimora juridicamente essa política pública de participação social e pavimenta o caminho para novas regulamentações.

2021

• **Criação dos Conselhos Comunitários Cidade Integrada**

1 de julho de 2022
O Decreto nº 48.148 estabelece os Conselhos Comunitários Cidade Integrada, resultado de uma parceria com o Programa Cidade Integrada, que visa expandir os conselhos para áreas de vulnerabilidade social.

• **Dia do Conselheiro Comunitário de Segurança Pública**

16 de abril de 2024
A Lei nº 10.332 institui o dia 5 de julho como o Dia do Conselheiro Comunitário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, reconhecendo a importância desse trabalho voluntário.

2022

2024

GESTÃO E APOIO AOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

A Coordenadoria dos Conselhos Comunitários de Segurança gerencia a criação, organização e manutenção dos conselhos no Rio de Janeiro, realizando atividades técnico-administrativas, informativas e acadêmicas. Ela promove a formação de novos conselhos por meio de reuniões de sensibilização com possíveis voluntários, apresentando os objetivos e as regras de funcionamento dos CCS.

Quanto à sistematização de dados, as atas das reuniões recebidas são arquivadas, analisadas e encaminhadas. Além disso, são registradas as principais informações sobre as diretorias dos conselhos. Em relação à divulgação, as agendas dos encontros e outros assuntos relevantes são publicados no *site* e nas redes sociais do ISP. Para exercer a fiscalização, a Coordenadoria dos CCS monitora o cumprimento das normas regulatórias pelos conselhos, acompanhando processos eleitorais, a entrega de atas, a periodicidade mínima das reuniões e outras obrigações pertinentes. Finalmente, no que tange à manutenção dos CCS, diversas ações

e estratégias são executadas para acolher, orientar e fortalecer os integrantes desses espaços de participação social. Entre elas, destacam-se:

Visitas Técnicas – Presença da Coordenação dos CCS nas reuniões dos conselhos;

Atendimento – Recepção de conselheiros e auxílio às suas demandas, tanto de forma presencial quanto via WhatsApp, e-mail e telefone;

Comunidade Virtual – Gerenciamento de grupos de WhatsApp que estreitam o contato entre os membros dos CCS e a Coordenadoria: sete para reunir os presidentes de conselhos de cada RISP; um para integrar todas as diretorias do estado e um para os representantes dos CCS no Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ);

Eventos – Organização de fóruns, cerimônias de diplomação, reuniões por RISP e outros eventos;

Publicações – Produções de relatórios, artigos, manuais, guias e outros;

Capacitações – Cursos sobre segurança pública, uso do sistema “Ata Eletrônica” e rotinas dos conselhos;

Prêmios – Reconhecimento de iniciativas inovadoras e trabalhos de articulação institucional;

Normas e regulamentos – Formulação de editais, portarias, resoluções e decretos que definam as dinâmicas de funcionamento dos CCS;

Materiais e brindes – Entrega de materiais de apoio e de brindes simbólicos ao trabalho dos conselhos.

Para realizar todo esse trabalho, a flexibilidade organizacional e operacional é uma característica estruturante da Coordenadoria dos CCS, permitindo uma constante adaptação às novas demandas que surgem. Por essa razão, também faz parte de sua configuração cotidiana a utilização de muita criatividade e agilidade para executar rearranjos de tarefas e remodelações de planejamentos que, embora indispensáveis, não podem ser totalmente rígidos.

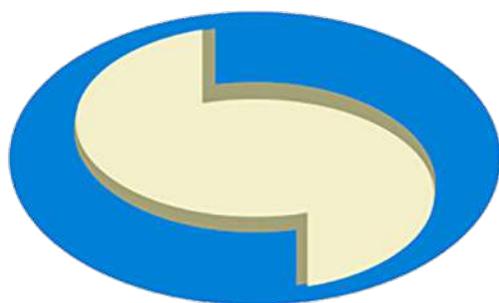
Essa capacidade de adaptação, aliada à vontade de contribuir para a expansão da participação social na segurança pública, tem possibilitado ao ISP, ao longo de seus 25 anos de história, a realização de diversas iniciativas que atendem às necessidades variadas dos Conselhos Comunitários de Segurança.



Bandeirinha dos CCS |
Foto: Instituto de Segurança Pública.

Evolução da logomarca

A logomarca foi atualizada em 2021, com *design* que destaca a união e a integração das diferenças, usando cores vibrantes e representando valores como comunidade, democracia, legitimidade, segurança cidadã e voluntariado.



Primeira logo dos CCS |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Conselho Comunitário de Segurança - RJ

Atual logo dos CCS |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.

FÓRUM TEMÁTICO

Os Fóruns dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) são uma extensão das reuniões dos conselhos, com o objetivo de ampliar a participação social na segurança pública e envolver uma audiência mais ampla. O Fórum temático dos CCS foi o primeiro estilo adotado de fórum para os Conselhos Comunitários de Segurança (2004), consolidando-se como o modelo mais conhecido e tradicional dessa modalidade de encontro até os dias atuais. Como sua classificação já sugere, esse evento costuma carregar um tema central para guiar as discussões realizadas a um denominador comum. Além disso, ele também pode ser considerado um dos maiores e mais antigos produtos do ISP, vide sua penúltima edição (2023) ter alcançado o número recorde de 800 pessoas e ter contado com a participação do então governador do estado do Rio de Janeiro.



Fórum Temático dos CCS 2019 | Foto: Paulo Toscano.



Fórum Temático dos CCS 2023 | Foto: Rafael Campos.



Fórum Temático dos CCS 2019 | Foto: Rafael Campos.



Com periodicidade aproximada de uma reunião por ano, o fórum temático proporciona maior abertura à participação de outros atores da sociedade que ainda não fazem parte da comunidade dos CCS. No que tange ao processo de participação social, este ocorre principalmente durante o evento, por meio de contribuições orais e envio de perguntas. Além disso, a Coordenadoria dos CCS elabora um relatório sobre o fórum, que inclui as demandas apresentadas pela sociedade e o encaminha às principais autoridades da segurança pública.

Data	Edição	Tema	Público ¹⁰
Novembro de 2004	I Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança da Região Metropolitana	Construindo Novos Caminhos	217
Outubro e novembro de 2005	II Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança	Relacionamento Polícia e Comunidade	348
Agosto, setembro e outubro de 2006	III Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança	Segurança Pública e Juventude Discriminação Racial e de Gênero Ação integrada entre polícia e comunidade	247
Novembro e dezembro de 2007	IV Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança	A consolidação Democrática dos CCS: Ampliando a Participação Social e Construindo Agendas Locais	500
Novembro de 2008	V Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança	Desenvolvimento Econômico e Segurança Pública - Uma Parceria Possível	200
Novembro de 2009	VI Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança	As novas tendências para os CCS	155
Outubro de 2019	VII Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança	20 anos de atuação: um legado de parceria e de novas perspectivas para a segurança pública do estado do Rio de Janeiro	406
Agosto de 2023 ¹¹	I Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança	Inovação tecnológica e integração na Segurança Pública	800
Agosto de 2024	II Fórum Permanente dos Conselhos Comunitários de Segurança	O papel da comunicação no sentimento de segurança	502

Quadro 1 - Histórico de Fóruns Temáticos dos CCS | Fonte: Elaborado pelo Instituto de Segurança Pública.

¹⁰ Total de público que considera a soma das presenças de todos os encontros do evento e não a um único dia.

¹¹ A coordenadoria do CCS realiza fóruns temáticos desde 2004. Todavia, somente a partir do decreto de 2021 (decreto nº 47.651, de 16 de junho de 2021) que eles foram institucionalizados, ganharam caráter permanente e passaram a prever a figura do governador do estado como presidente do evento.

DIPLOMAÇÃO DOS CCS

A Diplomação dos CCS é um evento dedicado a homenagear as novas diretorias eleitas dos conselhos com a entrega simbólica de certificados. O evento celebra a participação social na segurança pública, destacando os voluntários como protagonistas. Embora seja um espaço para lançamentos e premiações, o foco é fortalecer a comunidade CCS e reconhecer seus membros, especialmente da sociedade civil.

MANDATOS NO CONSPERJ

O Conselho Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ) é um órgão intersetorial que promove a coordenação entre segurança pública e justiça criminal. Criado em 1999 e atualizado por legislação subsequente, o CONSPERJ apoia o ISP na articulação das pautas dos CCS. A partir de 2013, os CCS passaram a ter representação no CONSPERJ, inicialmente com uma vaga. Desde a Lei Estadual nº 8.636, de 28 de novembro de 2019, o número de vagas foi ampliado para três.



Diplomação dos CCS 2024 | Foto: John Caldeira.



Diplomação dos CCS 2018 | Foto: Instituto de Segurança Pública.



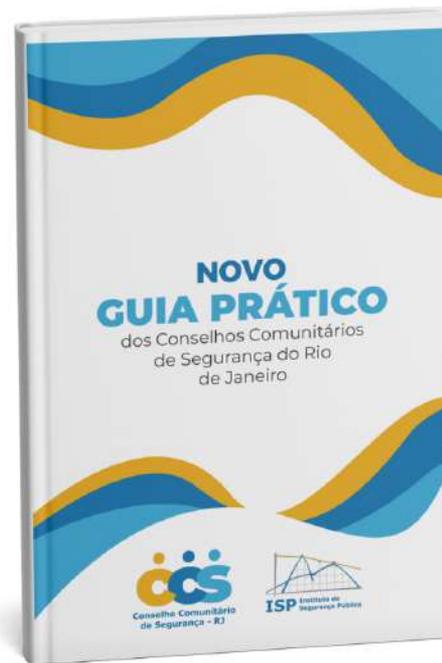
Diplomação dos CCS 2015 | Foto: Instituto de Segurança Pública.

PUBLICAÇÕES

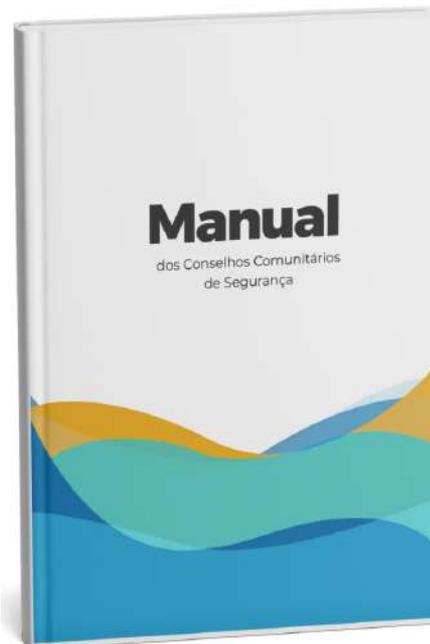
Em 2006, o ISP celebrou um convênio com a União Europeia que destinou recursos para o projeto Capacitação para Integrantes de Conselho Comunitário de Segurança Pública. Essa iniciativa resultou em importantes entregas, como a realização de três encontros do III Fórum temático dos CCS, a criação de um curso voltado para liderança dos conselhos e a publicação de dois materiais de capacitação elaborados exclusivamente para a formação dos CCS:

- Guia Prático para Participantes dos Conselhos Comunitários de Segurança – com conhecimentos instrumentais e procedimentais;
- Apostila Polícia e Comunidade: Temas e Desafios na Implantação de Conselhos Comunitários de Segurança – com discussões acadêmicas sobre temas afetos à segurança pública.

Em 2021, o ISP realizou o I Curso Virtual de Capacitação de Conselheiros, que resultou na criação do Novo Guia Prático dos Conselhos Comunitários de Segurança e do primeiro Manual dos



Guia prático dos CCS |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Manual dos CCS |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Conselhos Comunitários de Segurança, com conteúdos inéditos.

O Manual dos CCS (2022) é um documento inovador que reúne amplas discussões acadêmicas e informações procedimentais sobre os conselhos. Essa configuração foi pensada para relacionar os conteúdos teóricos a ações sugeridas, orientando os leitores a colocar em prática os ensinamentos.

Em 2015, o ISP publicou o Relatório dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, que apresenta um panorama detalhado sobre a situação dos conselhos, contemplando assuntos como atas, perfis de diretorias e a quantidade de membros.

A partir de 2019, com o restabelecimento dos fóruns temáticos dos CCS, um relatório começou a ser divulgado após cada evento.

PRÊMIOS

Em junho de 2023, o ISP abriu inscrições para que as diretorias dos conselhos comunitários de segurança relatassem suas atividades extraordinárias, visando concorrer a um reconhecimento especial por esses trabalhos. Recebemos informações descritivas e densas sobre ações não obrigatórias relacionadas aos CCS, como entrevistas, campanhas, fóruns, matérias de jornais, ofícios entregues às autoridades e outras ações.

Devido à grande quantidade de conselhos inscritos e à qualidade das atividades relatadas, foram constituídas duas premiações¹²: Prêmio CCS – Articulação Institucional¹³ e Prêmio CCS – Inovação¹⁴.

No primeiro ano do Prêmio CCS – Articulação Institucional, o conselho da

¹² O resultado detalhado pode ser consultado em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2024-04/Resultado%20-%20Pr%C3%AAmios%20CCS.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

¹³ O Prêmio CCS – Articulação Institucional reconhece e celebra o trabalho das diretorias dos conselhos comunitários de segurança, destacando seus esforços para fortalecer laços, construir redes e promover integração na segurança pública.

¹⁴ O Prêmio CCS – Inovação reconhece e celebra iniciativas pioneiras, das diretorias dos conselhos comunitários de segurança, em: I) desenvolver, transformar e aprimorar técnicas de proteção à comunidade; II) criar novas tecnologias e estratégias que garantam a segurança, promovam a prevenção e fortaleçam o vínculo entre as forças de segurança e a sociedade.

AISP 5 (Centro Histórico e Lapa) conquistou o primeiro lugar devido à quantidade e à constância de ações realizadas, incluindo eventos, envio de ofícios às autoridades, transmissões on-line de reuniões, entre outras iniciativas. Por sua vez, o conselho da AISP 28 (Volta Redonda) ficou em primeiro lugar por sua ação inovadora chamada “Rede de Vizinhos Agentes”, cuja finalidade é promover uma rede de segurança no município.

A partir de 2019, após o restabelecimento dos fóruns temáticos dos CCS, um relatório começou a ser divulgado após cada evento.

CESSÃO DE *NOTEBOOKS* AOS CONSELHOS

Em 2023, o governador do estado destinou 70 *notebooks* às diretorias dos conselhos, com o objetivo de apoiar e aprimorar o desempenho do trabalho com as ferramentas necessárias. O anúncio foi feito na abertura do I Fórum Permanente dos CCS, onde, de forma simbólica, o conselheiro Francisco Galdino¹⁵, de 89 anos, recebeu o primeiro *notebook* diretamente das mãos do governador Cláudio Castro e da presidente do ISP, Marcela Ortiz.



Entrega de notebook no I Fórum Permanente dos CCS 2023 |
Foto: Reprodução do acervo institucional, autor desconhecido.

¹⁵ O Sr. Francisco Galdino foi escolhido para participar deste ato simbólico por ser, no período do fórum de 2023, o membro da diretoria mais idoso dos CCS.

EVOLUÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

Desde que o ISP assumiu a coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança, em 2004, o número de CCS ativos no estado do Rio de Janeiro se manteve relativamente estável, com um crescimento moderado ao longo dos anos.

Quando o ISP recebeu a gestão dos conselhos, existiam 18 CCS em funcionamento. Até 2008, a quantidade de CCS não variou significativamente. Em seguida, uma nova fase de expansão foi instaurada. Em 2009, o número de CCS passou de aproximadamente 20 para um pouco mais de 40. Esse ritmo se manteve até 2012, quando a marca de 60 CCS ativos foi alcançada.

Após os elevados números de 2012, houve um intervalo de 10 anos sem que a marca de 60 conselhos em funcionamento fosse ultrapassada, mantendo-se uma relativa estabilidade próxima a esse patamar.

Cabe ressaltar que nem mesmo o contexto da pandemia da covid-19 foi capaz de afetar a preservação dos CCS. Os conselhos não apenas resistiram às inúmeras adversidades, concernentes ao período pandêmico, mas também superaram suas expectativas, conquistando, pela primeira vez, 72 CCS ativos em 2023. Em 2024, alcançamos novo recorde, com 84 CCS ativos.

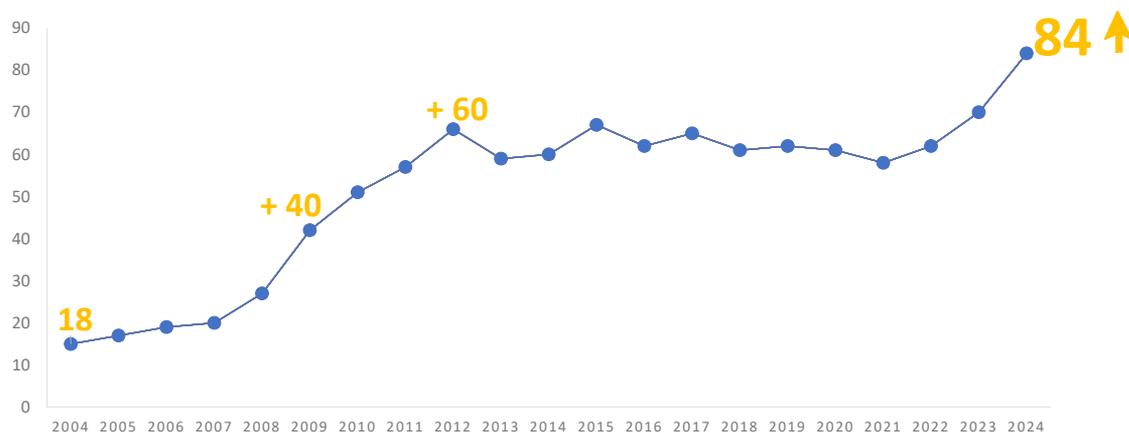
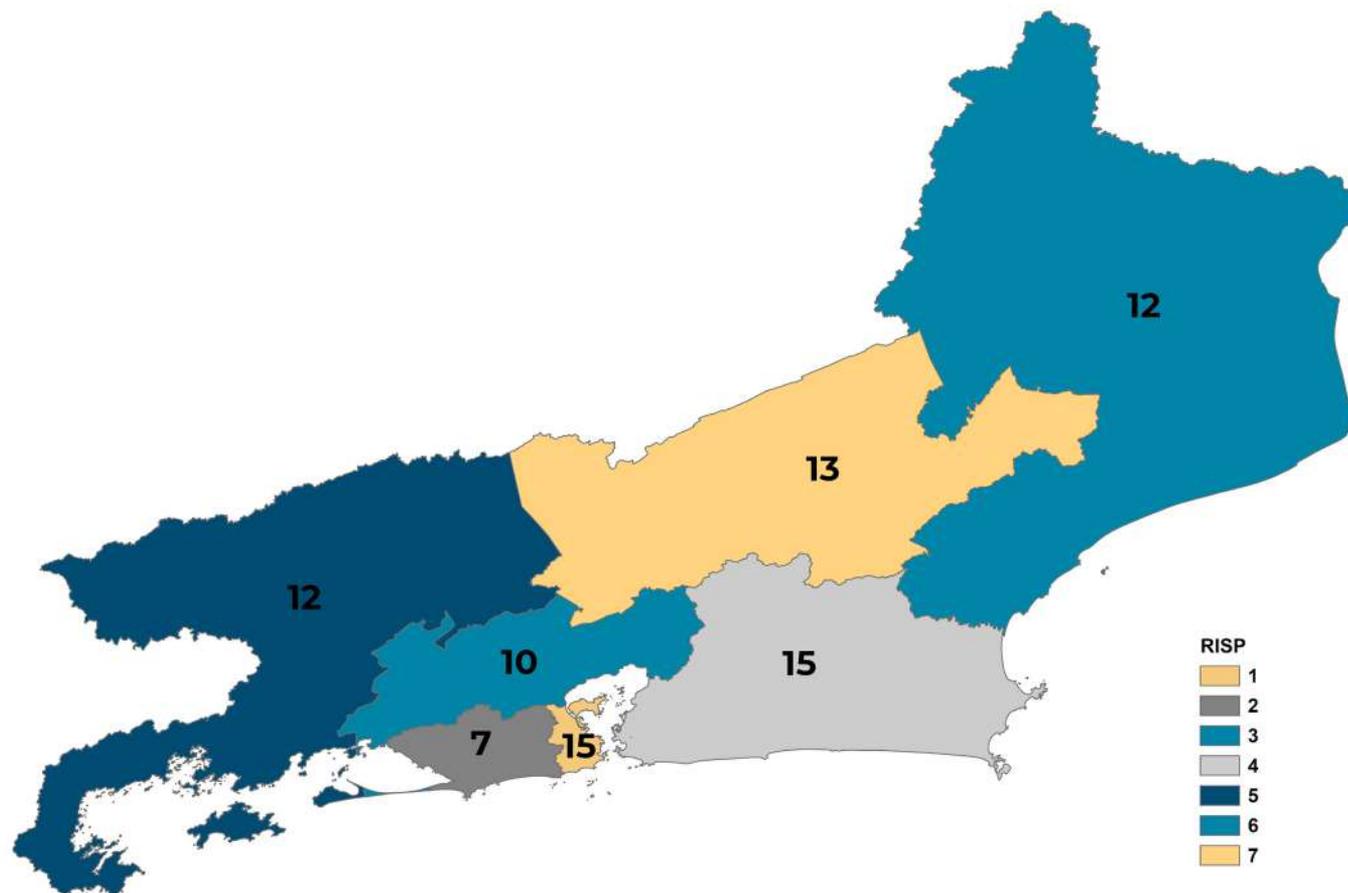


Gráfico 2: Série Histórica da Evolução dos CCS no Estado do Rio de Janeiro – 2004 até 2024 |
Fonte: Instituto de Segurança Pública

Em 2024, os conselhos estão distribuídos por todo o território fluminense, sendo: 15 CCS na RISP 1 – Capital (Zona Sul, Centro e parte da Norte); 8 CCS na RISP 2 – Capital (Zona Oeste e parte da Norte); 10 CCS na RISP 3 – Baixada Fluminense; 15 CCS na RISP 4 – Grande Niterói e Região dos Lagos; 11 CCS na RISP 5 – Sul Fluminense; 10 CCS na RISP 6 – Norte Fluminense e Noroeste; e 11 CCS na RISP 7 – Região Serrana.



Cartograma 1: Número de CCS por RISP em 2024 | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Tais recordes demonstram a força que os espaços de participação social têm para a sociedade, assim como a excelente capacidade que o ISP possui em se reinventar para cuidar da manutenção e expansão dos CCS durante tantos anos. Esse êxito se deve, em grande parte, ao comprometimento institucional das Polícias, que apoiaram de forma decisiva o projeto de ampliação dos CCS. A articulação com as Polícias

e o governo tem sido crucial para integrar os conselhos à realidade local e fortalecer o compromisso com uma segurança pública mais próxima e participativa.

Os 25 anos dos CCS no Rio de Janeiro podem ser resumidos como uma história de sucesso, que promove a participação social na segurança pública, aperfeiçoa a democracia e fortalece o modelo de polícia de proximidade.

Considerando que um dos maiores problemas para o bom desempenho de uma política pública é a descontinuidade, verificou-se quão sólidos e estáveis os CCS têm se mostrado ao longo do tempo de atuação, a ponto de se expandirem de forma inédita nos últimos dois anos (2023–2024). Como perspectivas futuras, almeja-se que os participantes utilizem cada vez mais esses canais para reivindicar, em seus municípios, a adoção de ferramentas especializadas e voltadas à promoção de uma segurança pública preventiva.



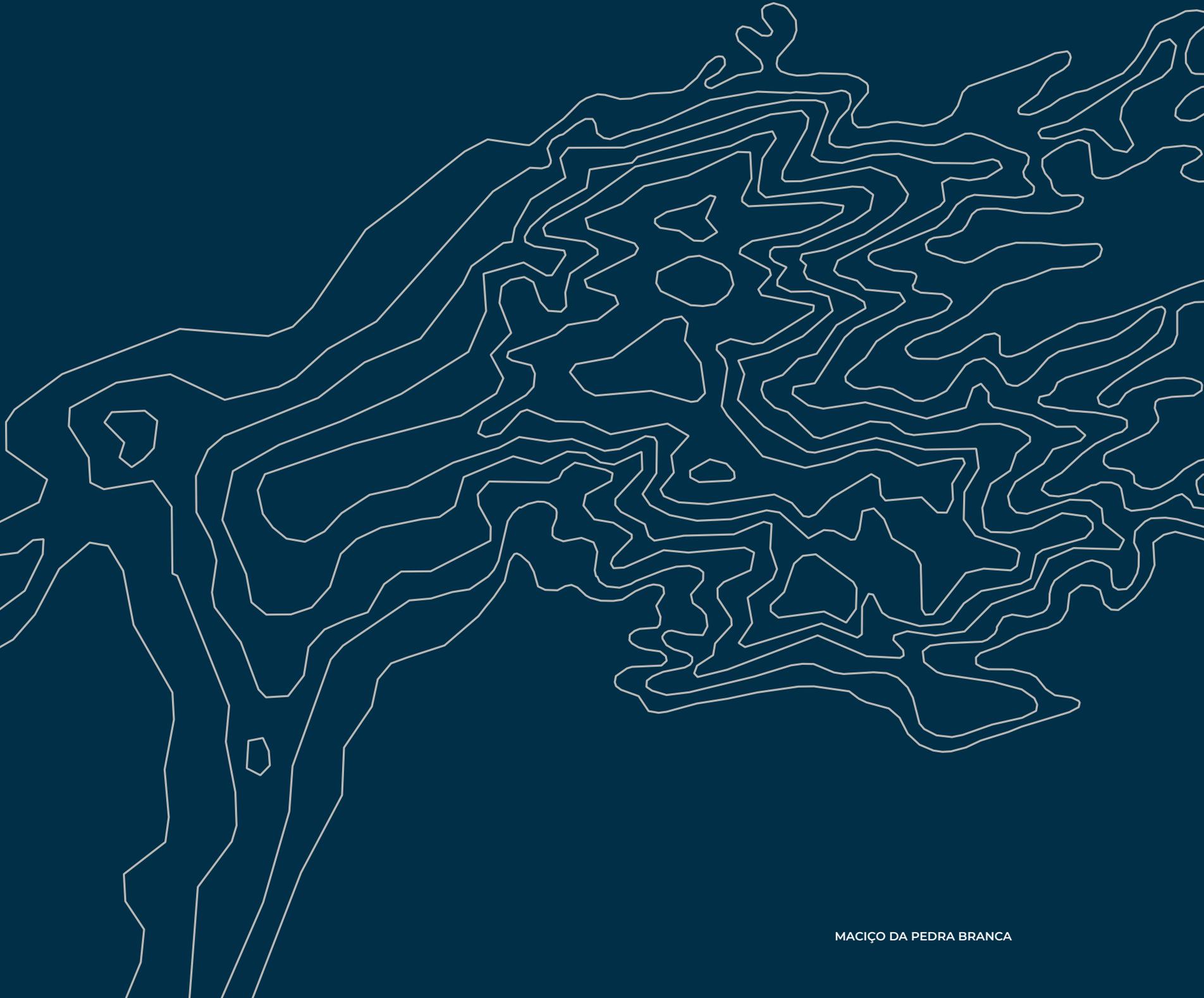
Reunião do CCS AISP 41 2023 | Foto: Diego Gimenes.



Reunião do CCS de Realengo 2008 |
Foto: Instituto de Segurança Pública.

PARTE 2

DADOS E TRANSPARÊNCIA



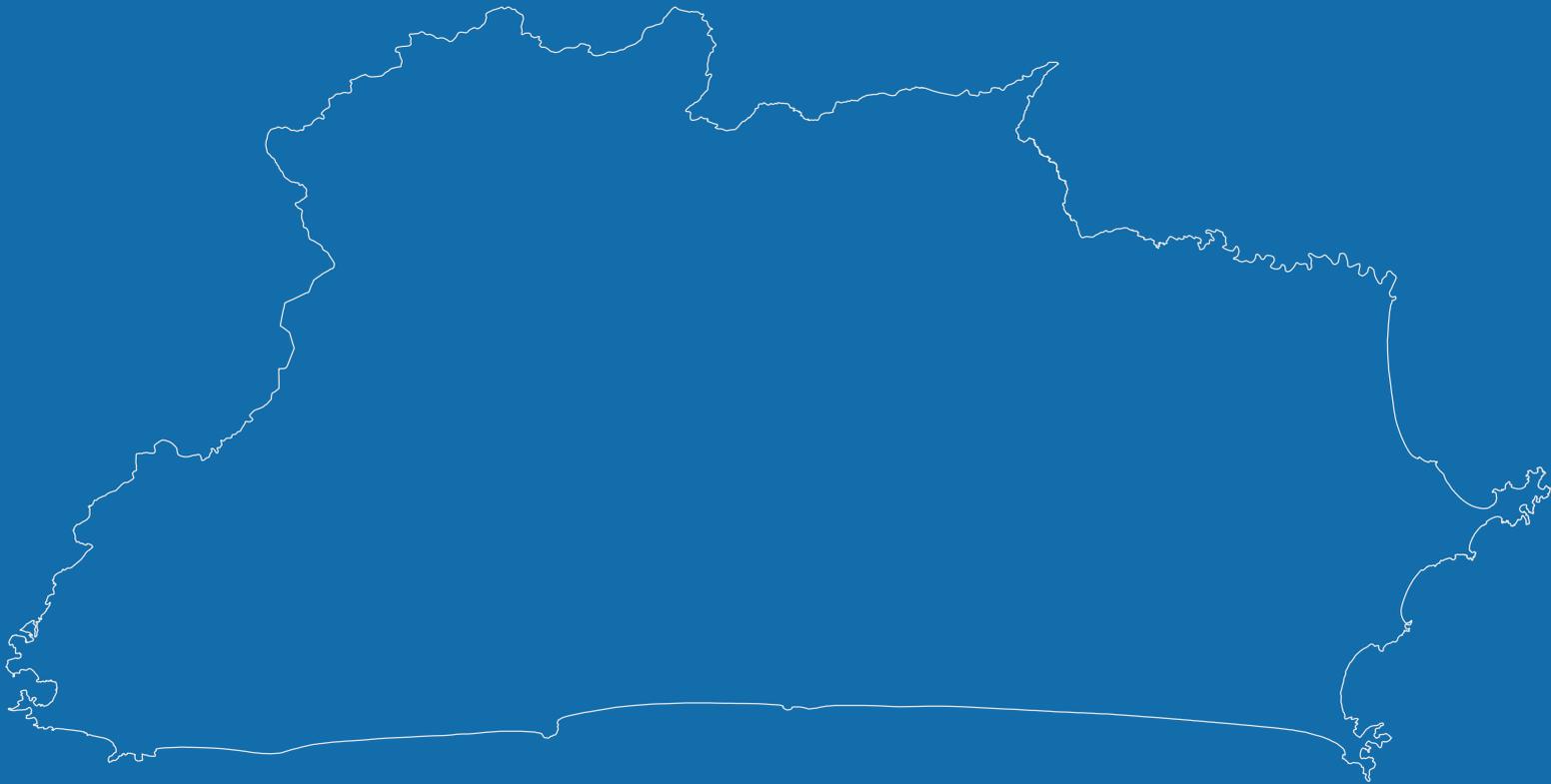
Os dados desempenham um papel crucial na construção de análises criminais em ambientes de violência prevalentes, quando a complexidade do fenômeno exige estratégias de enfrentamento e intervenção bem desenhadas. Nesse contexto, a produção de estatísticas confiáveis, articulando dados quantitativos e qualitativos, possibilita uma visão abrangente do fenômeno criminal. De maneira complementar, as ferramentas de georreferenciamento oferecem uma perspectiva espacial valiosa, possibilitando visualizar a distribuição dos crimes, identificar áreas vulneráveis e alocar recursos onde são mais necessários.

Ao integrar dados estatísticos a informações geoespaciais, é possível desenvolver estratégias informadas e direcionadas para responder a crises e minimizar seus efeitos. Com o SIM, o ISP promove uma gestão orientada a resultados, medindo o impacto das políticas públicas sobre a segurança. No mesmo sentido, a atuação do ISPMulher reafirma o compromisso institucional com a produção de dados específicos sobre a violência contra a mulher, que orientam a criação de políticas de proteção e apoio às mulheres. Ademais, os

dados pautam as reuniões dos CCS, além de permitir a cobrança pelo sucesso das ações governamentais.

Considerando essas contribuições, a adoção de evidências para decisões em políticas públicas melhora o alinhamento das ações governamentais às necessidades reais da população, evitando políticas reativas e ineficazes. Esse processo reforça a participação social por meio da transparência das informações disponibilizadas de forma clara, estruturada e acessível, permitindo que os cidadãos se tornem agentes ativos na construção de uma sociedade mais segura e justa, por meio da fiscalização das ações estatais. Portanto, a interseção entre dados, transparência e participação social aprimora a eficácia das políticas de segurança pública e fortalece o ambiente democrático.

CAPÍTULO 4



A IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA PARA A ANÁLISE CRIMINAL

A estatística, em uma definição formal segundo Moore (2006), é a ciência que se dedica à coleta, organização, análise e interpretação de dados, com o objetivo de extrair informações relevantes e úteis para diversos campos do conhecimento e da vida cotidiana. Por meio de métodos e técnicas específicas, essa ciência nos permite compreender melhor o mundo ao nosso redor e auxilia na tomada de decisões mais assertivas em diferentes contextos.

No âmbito da segurança pública, a análise de dados estatísticos possibilita a identificação de padrões e tendências, como os horários e locais com maior incidência de crimes, ou a detecção de aumentos e quedas em delitos específicos ao longo do tempo. As estatísticas criminais, geralmente apresentadas como contagens agregadas por categorias de crimes, indicadores de desempenho ou taxas específicas, oferecem uma base sólida para uma abordagem mais precisa e eficaz no combate à criminalidade. Essas análises não só ajudam a minimizar falhas, mas também a otimizar a gestão de recursos, permitindo uma

resposta mais eficiente e direcionada às necessidades de segurança.

O DESENVOLVIMENTO DAS ESTATÍSTICAS

Durante a década de 1990, as estatísticas criminais do Rio de Janeiro eram compiladas separadamente por departamentos específicos dentro dos órgãos policiais. Na Polícia Civil, a Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAN) consolidava os dados a partir dos registros de ocorrência e os enviava para a Secretaria de Estado de Segurança e para a Polícia Militar. Naquela época, devido às limitações tecnológicas – como o uso de máquinas de datilografia para registrar os fatos –, a ASPLAN era responsável por inseri-los manualmente, em um sistema digital, os registros de todas as delegacias do estado para inserção nos bancos de dados. Enquanto isso, a Corregedoria Interna da Polícia Civil (COINPOL) verificava esses registros, rotina que permanece em atividade até os dias atuais.

Em 2002, a atribuição da consolidação dos dados foi transferida para o ISP, por meio do Núcleo de Pesquisa e Análise Criminal (NuPAC), criado em 2001 com recursos do Plano Nacional de Segurança Pública. O NuPAC contava com uma equipe multidisciplinar para elaborar, monitorar e analisar dados criminais provindos dos bancos da ASPLAN/PCERJ, Assessoria de Planejamento, Orçamento e Modernização (APOM/PMERJ), Disque-Denúncia, Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) 190, Apreensão de Drogas e Armas da PM, Ouvidoria da Polícia e do Grupo Executivo da Delegacia Legal (Módulo Gerencial). Em 2003, o ISP se tornou um órgão de produção de estatísticas criminais, renomeando o NuPAC como NUPESP, que ganharia o nome atual de Coordenadoria de Estatística em 2016. Em todo esse período, as estatísticas de segurança, divulgadas mensalmente após minucioso tratamento, têm sido baseadas nos registros de ocorrência lavrados pelas delegacias da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Nos anos iniciais do NUPESP, não havia transmissão digital dos microdados entre a Polícia Civil e o ISP. Um servidor buscava pessoalmente um Compact Disc (CD) contendo os microdados em

formato de banco de dados. Com a implementação do programa Delegacia Legal, iniciado em 1999, a estrutura das delegacias do estado foi gradativamente informatizada. Nesse período, o instituto conformava os dados das delegacias informatizadas com os das não informatizadas, aquelas eram digitalizadas pela ASPLAN. Ainda hoje, grande parte da estrutura de tratamento de dados e regras de contagem do ISP segue definições que foram construídas nesses primeiros anos. Decisões que hoje parecem triviais, como a utilização da data da comunicação como referência para contabilização dos delitos, em vez da data do fato, e a escolha de contar determinados delitos pelo número de vítimas em vez do número de casos, foram fruto de intensas discussões internas no ISP e externas, envolvendo o governo do estado.

Tomando como exemplo o caso dos crimes contra a vida, contabilizá-los pelo número de casos pode apresentar um cenário bastante distinto no estado em comparação com a contagem desses crimes pelo número de vítimas. As estatísticas criminais produzidas pelo ISP, com o rigor metodológico necessário para garantir a qualidade dos dados, são

utilizadas para subsidiar a construção de políticas públicas no estado. Muitas dessas regras utilizadas pelo instituto nesse período serviram posteriormente como base para estabelecer o padrão nacional, hoje utilizado pela SENASP.

Inicialmente, a consolidação mensal dos dados do ISP atendia as instituições policiais de forma prioritária. Isso mudou em 2003, com o início das coletivas de imprensa para divulgação das estatísticas mensais, criando uma ponte entre a sociedade civil e o ISP. Até hoje, há o envio de *releases*¹⁶ para a imprensa sobre a divulgação dos dados, destacando os principais resultados do período.



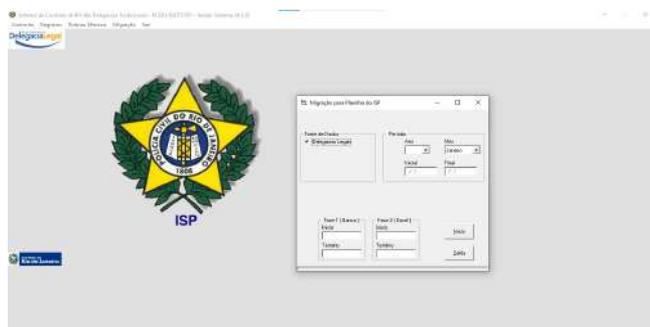
Coletiva de divulgação de dados 2008 |
Foto: Instituto de Segurança Pública.

Em 2005, a estrutura de extração de dados do instituto foi modernizada com

a introdução de um *software* denominado Programa ISP. Desenvolvido pelo Departamento Geral de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (DGTIT) da Polícia Civil, o sistema acessa o banco de dados de registros de ocorrência da Polícia Civil, permitindo que o ISP realize diariamente a extração das variáveis dos microdados relacionadas com o registro de ocorrência. Embora não seja exclusivo ao instituto, outra fonte de dados da Polícia Civil utilizada pelo ISP é o *web-service Gerencial Web*, que fornece microdados de subtração e recuperação de veículos. Esses *softwares* possibilitaram que os analistas da Coordenadoria de Estatística trabalhassem com o dado mais recente e atualizado daquele mês, mesmo sem terem passado pelo processo completo de consolidação. Atualmente, o Programa ISP continua em uso e é integrado às rotinas de consolidação parcial e mensal dos dados. Entretanto, uma nova metodologia de extração de dados, baseada em *Application Programming Interface (API)* do tipo *web-service*, está em desenvolvimento. Essa nova abordagem visa proporcionar

¹⁶ Também conhecido como comunicado para a imprensa, o *release* é um documento elaborado para divulgar, de forma concisa, informações relevantes à mídia e à sociedade, como eventos, lançamentos, produtos, serviços, notícias ou fatos importantes.

maior celeridade e eficiência no processo de coleta e tratamento de dados, por meio de conexão direta e automatizada com o banco de dados da Polícia Civil.



Programa ISP | Fonte: Instituto de Segurança Pública

A partir de 2016, a estrutura de dados do ISP deu um salto significativo com a criação da Base Limpa, construída com base nos microdados extraídos pelo Programa ISP. Para construí-la, são utilizados os microdados de um mês fechado, com os registros disponíveis no sistema até o quinto dia útil do mês subsequente. Esse período de cinco dias úteis tem como objetivo capturar o máximo possível de registros de ocorrência, dado o atraso natural entre o início da ocorrência em sede policial ou em ambiente virtual e o momento em que a autoridade de polícia judiciária efetua ou valida o registro na delegacia.

Quando a base fechada do mês de consolidação é extraída, o processo ocorre da seguinte forma: o microdado é tratado e qualificado pelos analistas, utilizando as informações da COINPOL e as leituras de registros de ocorrência realizadas pelos policiais civis lotados na coordenadoria. Após o alinhamento dos dados disponíveis na base do ISP com os registros de ocorrência, é gerada a Base Limpa. Essa etapa de qualificação é crucial para garantir a qualidade e correção dos dados, reforçando o compromisso do ISP em produzir estatísticas confiáveis para a população. É importante destacar que a coordenadoria também produz uma versão pública da Base Limpa, que é utilizada para atender aos pedidos de dados.

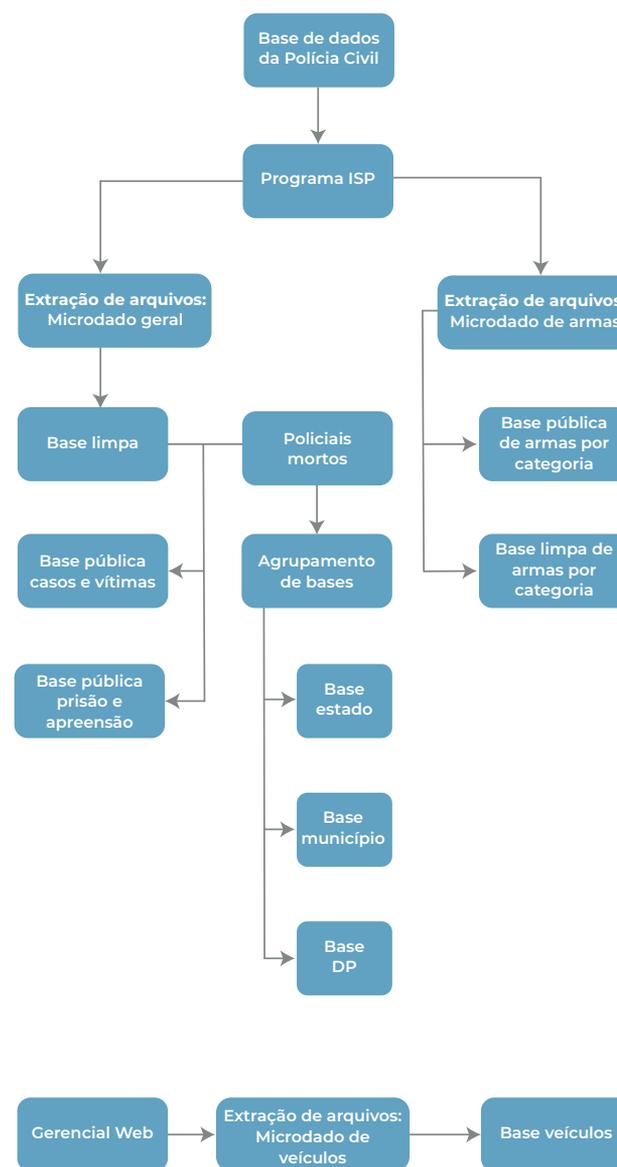
A consolidação dos microdados de armas de fogo envolve etapas de validação dos dados recebidos pela Polícia Militar e da Base Limpa. Por sua vez, a consolidação dos microdados de veículo requer a realização de cruzamentos entre as bases de roubo, furto e recuperação, para obter informações sobre veículos que foram subtraídos em meses anteriores e que só foram recuperados no mês vigente.

Além da Base Limpa, a Coordenadoria de Estatística produz outras bases de dados, como aquelas organizadas por unidades espaciais (Estado, Município, Delegacia de Polícia) e a base de armas de fogo, que são disponibilizadas ao público por meio do site ISPDados.

As tecnologias adotadas pelos analistas da Coordenadoria de Estatística foram se modificando e adotando métodos mais modernos com o tempo. Inicialmente, as rotinas eram desenvolvidas nos *softwares* *Clipper*, *Access* e *Excel*. Posteriormente, com a chegada do Programa ISP, o *SPSS (Statistical Package for Social Sciences)* passou a ser utilizado para o tratamento dos dados e construção dos resultados. Nos últimos anos, houve um esforço significativo para a adoção de *softwares* de código aberto, pela utilização de linguagens de programação como o *R* e *Python*. A infraestrutura de banco de dados também passou por uma evolução nesse período, com todos os bancos de dados da Coordenadoria de Estatística atualmente hospedados e desenvolvidos em *PostgreSQL*.

O fluxograma ao lado apresenta a consolidação da Base Limpa, partindo dos microdados extraídos do Programa ISP e incluindo o processo de consolida-

ção das bases de dados secundárias produzidas pelo instituto.



Fluxograma de consolidação dos microdados do Instituto de Segurança Pública | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

ESTUDOS E FERRAMENTAS DE DADOS

Ao longo de sua história, o ISP produziu diversos estudos relacionados à segurança pública. Uma das principais análises realizadas pela equipe que integrava o NUPESP foi a pesquisa de sentimento de insegurança nos bairros da cidade do Rio de Janeiro, realizada em 2004. A sensação de insegurança foi avaliada a partir de quatro dimensões distintas: sentimento de insegurança, necessidade de autoproteção, atuação e imagem da polícia e o papel da imprensa. Os resultados revelaram como essas dimensões variaram significativamente entre as diferentes regiões da cidade.

Entre 2009 e 2015, foram produzidos anualmente o relatório **Balanco das incidências criminais e administrativas no Estado do Rio de Janeiro**. O documento apresentava um sumário dos principais resultados da segurança pública no ano anterior, realizando comparações entre diferentes períodos e apresentando séries históricas de indicadores relevantes, como letalidade violenta e roubo de rua. Após um hiato, o relatório foi reformulado e passou a ser chamado de **Segurança em Números**.

Apresentado na forma de um relatório eletrônico, destaca resultados dos crimes contra a vida, patrimônio, atividade policial e o desempenho das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) nos indicadores do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados, dentre outras informações.

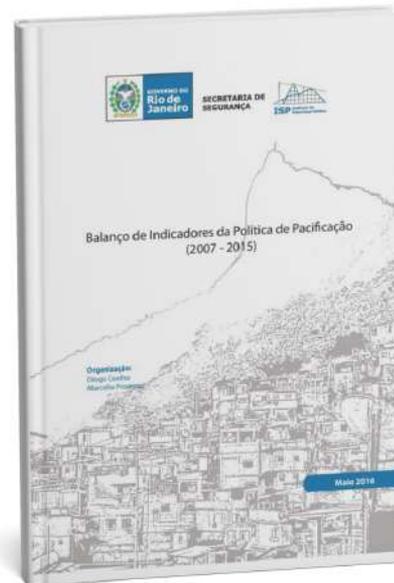
Nesse período, o ISP também produziu e atualizou diversos relatórios temáticos anuais, abordando questões críticas para a sociedade. Entre eles, destaca-se o Balanço de Indicadores da Política de Pacificação (2007 – 2015), que analisava a evolução da letalidade violenta em áreas de UPPs antes e durante sua implementação.



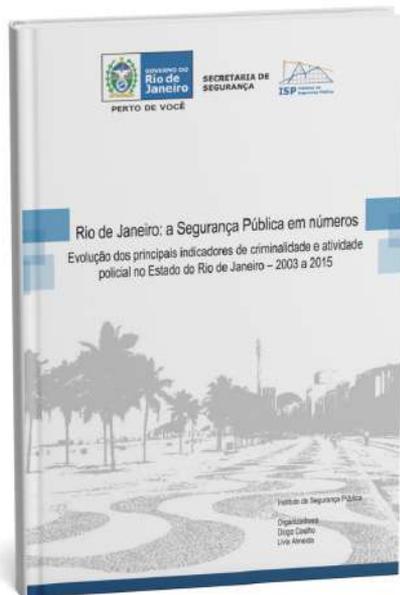
Matéria sobre sentimento de insegurança | Fonte: Jornal O Globo.



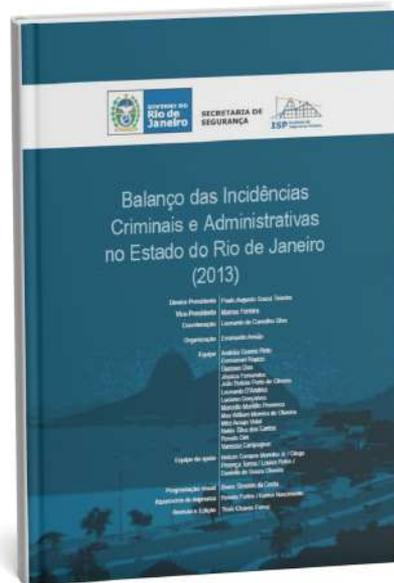
Relatório Vitimização Policial (1998 - 2015) |
Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Balanço de Indicadores da Política de
Pacificação (2007 - 2015) | Fonte: Institu-
to de Segurança Pública.



Relatório Segurança Pública em Números
(2003 - 2015) | Fonte: Instituto de Segurança
Pública.

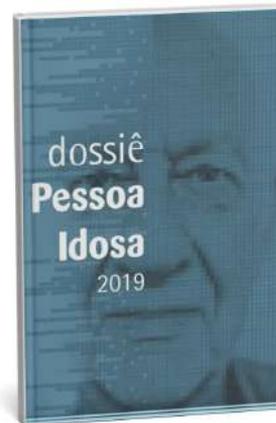


Balanço das Incidências Criminais e
Administrativas no Estado do Rio de
Janeiro (2013) | Fonte: Instituto de Segu-
rança Pública.

DOSSIÊS TEMÁTICOS

Desde sua criação, o ISP tem como um de seus principais produtos os dossiês temáticos, entre eles o Dossiê Mulher, o Dossiê Criança e Adolescente, o Dossiê Trânsito – elaborado em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) – e o Dossiê LGBT+. O Dossiê Mulher, elaborado e publicado desde 2006, é o principal produto do instituto, enquanto o Dossiê Criança e Adolescente levanta estatísticas sobre maus tratos e outros crimes associados ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Por sua vez, o Dossiê Trânsito traça um panorama dos acidentes e infrações de trânsito registradas pela Polícia Civil, incluindo dados da Operação Lei Seca, chamadas do 190, e dados do DATASUS, que fornecem estatísticas sobre internações e óbitos por acidentes de trânsito. A realização do Dossiê LGBT+ foi bastante desafiadora, exigindo um esforço dos policiais civis para ler todos os registros de ocorrência e identificar a informação sobre a orientação sexual das vítimas. O Dossiê Crimes Raciais, publicado em 2021, representou um marco para o estado do Rio de Janeiro ao trazer as

primeiras estatísticas oficiais sobre injúria e preconceito com motivação de cunho racial.



Dossiê Pessoa Idosa 2019 | Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Dossiê Criança e Adolescente 2015 | Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Dossiê Trânsito 2019 | Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Dossiê LGBT+ 2018 | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Os dossiês publicados pelo ISP representam uma poderosa ferramenta de aproximação com a sociedade. A partir dos dados produzidos pelo instituto, torna-se possível explorar temas relevantes para a população, como a violência contra grupos específicos e os crimes de trânsito. Isso permite que a sociedade avalie como o estado tem tratado essas questões.

O NÚCLEO DE QUALIFICAÇÃO DE ESTATÍSTICAS DE MORTES POR CAUSAS EXTERNAS (NUQUALI)

Em março de 2015, foi instituído no ISP o Núcleo de Qualificação de Estatísticas de Mortes por Causas Externas (NUQUALI), fruto de um convênio firmado em 2010 entre a Secretaria de Estado de Segurança e a Secretaria de Estado de Saúde (SES). O objetivo do núcleo é aprimorar a qualidade das informações sobre mortes por causas externas registradas no setor da saúde. O Núcleo é composto por um representante da SES e um da Secretaria de Estado de Polícia Civil, que realizam análises comparativas regulares entre dados de óbitos classificados como

causa indeterminada nas declarações de óbito, registros de ocorrência da Polícia Civil, dados do Instituto Médico Legal (IML) e registros de atendimentos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

A necessidade do convênio surgiu em 2007, após mudanças nas regras de acesso aos dados da Polícia Civil, que passaram a ser de uso exclusivo dos policiais civis, inviabilizando que os analistas da SES acessassem as informações dos registros de ocorrência, essenciais para qualificar os óbitos. Como resultado, houve um aumento significativo no número de mortes por causa indeterminada na base de dados da SES, conforme ilustrado no Gráfico 3, que mostra a evolução do percentual de causas indeterminadas entre os óbitos por causas externas no período de 2000 a 2021.

A análise histórica desse período revela dois momentos distintos: os dois períodos (até 2006 e posterior a 2009) em que foi possível qualificar os óbitos por meio do uso conjunto dos dados da Polícia Civil e da Saúde, e o intervalo de 2007 a 2009, quando esse processo foi interrompido. No ano em que as mudanças foram implementadas, a

proporção de óbitos classificados como causa indeterminada aumentou em cerca de 10%, atingindo seu pico em 2009, quando cerca de um quarto dos óbitos por causas externas foi registrado com essa classificação. Com o acordo de cooperação, foi possível retornar ao patamar observado até 2006.

O sucesso dessa iniciativa resultou na incorporação permanente do NUQUALI à estrutura do ISP. Esse trabalho pioneiro no país otimiza a coleta e análise de dados sobre morte por causas externas e contribui diretamente na elaboração precisa de estatísticas fidedignas e mais completas.

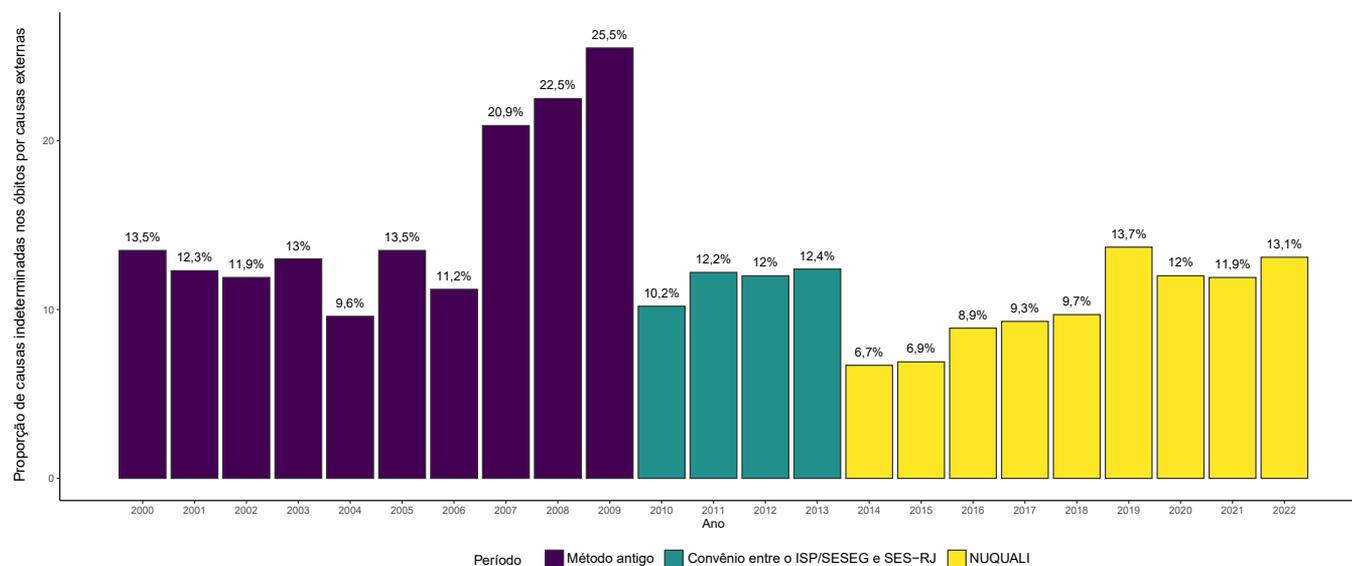


Gráfico 3: Percentual de mortes por causas indeterminadas sobre o total de mortes entre 2000 e 2021 |
 Fonte: Instituto de Segurança Pública/Núcleo de Qualificação de Estatísticas de Mortes por Causas Externas.

ISPGeo: ANÁLISE CRIMINAL E PLANEJAMENTO POLICIAL

O portal ISPGeo, ferramenta on-line de análise criminal desenvolvida exclusivamente pelo ISP, fornece informações diárias para uso das instituições policiais. Em uma interface amigável e intuitiva,

permite a visualização, o tratamento e a integração de diversas bases de dados espaciais e não-espaciais. A partir dos dados e ferramentas disponíveis no ISPGeo, é possível realizar análises para

apoiar as atividades de planejamento em segurança pública no estado do Rio de Janeiro, subsidiar políticas de segurança pública eficientes e baseadas em evidências e acompanhar seus respectivos resultados.



Logotipo ISPGeo | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

A atualização diária consiste em uma rotina de coleta dos microdados da Polícia Civil, realizada por meio do Programa ISP, que acessa os dados dos registros de ocorrência confeccionados até a data da atualização. Esses dados não contêm informações das coordenadas geográficas. Por isso, após o tratamento, é realizado o georreferenciamento e carga dos dados. Diariamente, é gerada uma mensagem destinada a diversos gestores estaduais de interesse, contendo os principais indicadores estratégicos para acompanhamento da criminalidade e do SIM.

A rotina segue com a atualização da análise gráfica, que é disponibilizada aos usuários através de *dashboards*, tor-

nando simples a visualização dos dados para que possam extrair as informações de forma rápida e eficiente. Por fim, realiza-se a atualização da análise georreferenciada, que transforma endereços em coordenadas geográficas utilizando a programação em linguagem *Python*. Essa atualização diária fornece os dados para que os policiais planejem suas ações pautadas nas evidências, identificando os locais e horários que precisam de maior atuação policial, além dos tipos de delitos cometidos, possibilitando uma melhor alocação de recursos.

ISPCONECTA: UMA PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA DE DADOS

O ISP intensificou seus esforços para adotar novas tecnologias interativas, visando aprimorar a experiência dos usuários e aumentar a eficácia na disseminação de informações. Uma das primeiras ferramentas a ser explorada foi o *Rmarkdown*, um pacote do *software R* que possibilita a geração de relatórios dinâmicos em formato HTML, ampliando significativamente as possibilidades de apresentação de dados.



Logotipo ISPConecta | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

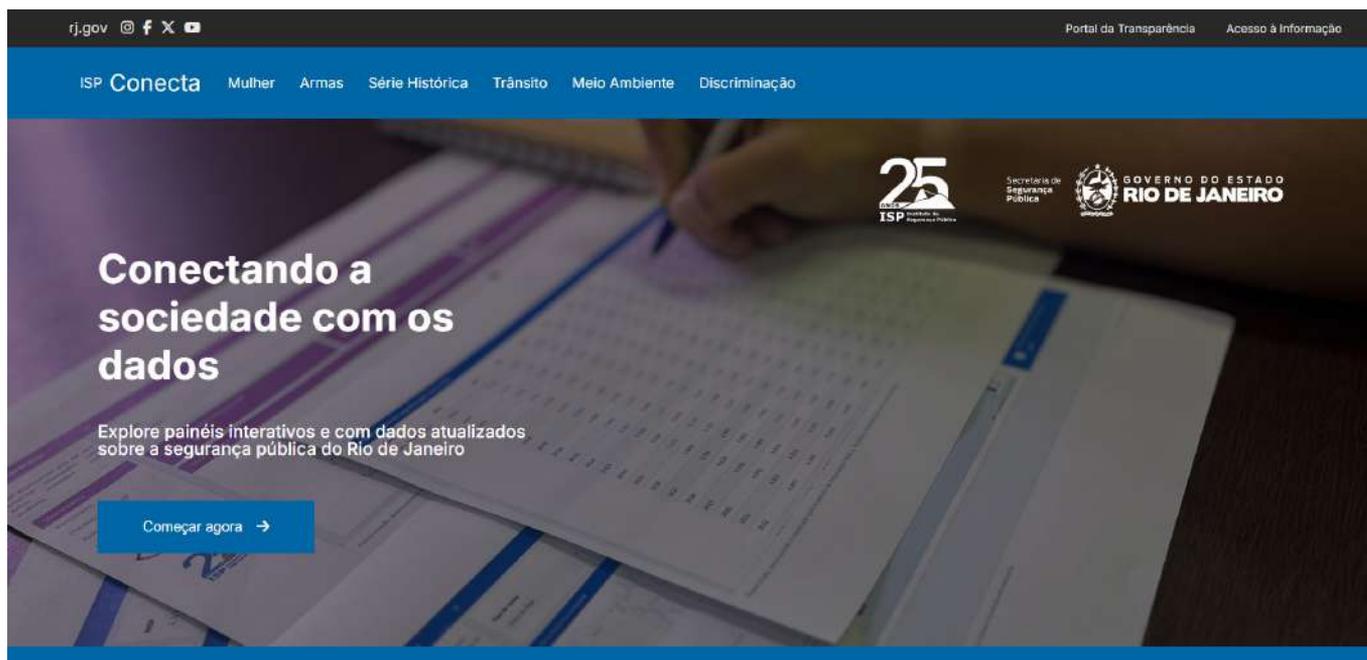
O primeiro relatório nesse formato foi o ISPTRânsito, um levantamento detalhado sobre crimes de trânsito que permite aos usuários filtrar e ordenar os dados conforme suas necessidades. O sucesso desse formato levou à adaptação de outros relatórios, como o **Segurança em Números**, para o modelo interativo. Além disso, essa tecnologia começou a ser utilizada em diversos relatórios internos do ISP.

A evolução desse trabalho ocorreu com a adoção do *Shiny*, um pacote da linguagem de programação *R* que possibilita a construção de *dashboards* interativos. Inicialmente, as soluções desenvolvidas, como o ISPMonitor (um

painel protótipo que oferece informações sobre diversos delitos), o ISPMulher (construído para que a SEM acompanhe a evolução da violência contra a mulher) e o ISPCom (voltado para a assessoria de comunicação), foram disponibilizadas exclusivamente para a rede interna do governo estadual.

Em dezembro de 2023, o ISP participou da primeira Conferência de Tecnologia da Informação e Comunicação, organizada pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ), onde apresentou os painéis desenvolvidos. Durante o evento, surgiu a ideia do ISPConecta – Conectando a sociedade com os dados¹⁷, uma plataforma de *dashboards* desenvolvidos em *Shiny*, que oferece novas possibilidades de visualizações gráficas e é compatível com outros pacotes da linguagem *R*, além de contar com uma grande capacidade de automação de processos. O ISPConecta representa um marco na capacidade de lançar produtos inovadores e ampliar o acesso da população aos seus dados.

¹⁷ Por meio de tal ferramenta, o ISP busca promover a conexão entre a sociedade e os dados, reafirmando o seu compromisso com a transparência pública e fortalecendo os laços com a sociedade civil, ao mesmo tempo em que incentiva a participação e avaliação de políticas públicas.



Plataforma ISPConecta | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Desde a fundação, o ISP demonstrou grande expertise não apenas na consolidação dos dados de segurança pública, mas também em iniciativas inovadoras que transformam esses dados em informações acessíveis e de qualidade para a população. Embora o processo de consolidação dos dados, as tecnologias utilizadas e os produtos desenvolvidos tenham evoluído ao longo do tempo, o compromisso com a inovação sempre foi um grande diferencial.

Parte da atual estrutura de dados do ISP foi estabelecida em seus primeiros anos e, desde então, aprimorada por

profissionais de diversas áreas e especialidades. Com essas bases sólidas construídas ao longo do tempo, o ISP continua a fortalecer seu legado, assegurando que os dados e produtos lançados alcancem níveis cada vez mais elevados de qualidade e impacto na sociedade.

CAPÍTULO 5



SISTEMA DE METAS E ACOMPANHAMENTO DE RESULTADOS

A criação do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM), em 2009, trouxe novas demandas ao ISP no que diz respeito ao processo de consolidação dos dados. A partir desse ano, o ISP passou a ser responsável por calcular as metas desdobradas por áreas, com base na definição do percentual de redução desejado pelos gestores políticos. Além disso, ficou encarregado de consolidar mensalmente os Indicadores Estratégicos de Criminalidade (IEC) e compilar os resultados semestrais, incluindo as áreas que deveriam ser premiadas e o valor correspondente a cada prêmio. Os indicadores utilizados e seu número variaram ao longo dos anos até chegar à configuração atual com os indicadores de Letalidade Violenta, Roubo de Rua, Roubo de Veículo e Roubo de Carga.

Os ciclos de premiação acontecem semestralmente, reconhecendo os profissionais de segurança pública por sua produtividade, boas práticas e ações de integração. A premiação é destinada aos servidores das unidades da Secretaria Estadual de Polícia Civil (SEPOL) e da

Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM) que, ao atuarem nas Regiões e Áreas Integradas de Segurança Pública (RISP e AISP), cumprem as metas estabelecidas nos IEC.

A inclusão das rotinas exigidas pelo SIM trouxe uma nova dinâmica ao processo de consolidação de dados. Os resultados finais baseiam-se em dados consolidados com erratas, produzidos trimestralmente, enquanto os dados consolidados mensalmente são utilizados para fins de recursos administrativos pelos interessados. A Coordenadoria de Estatística é responsável por consolidar os dados mensais até o 11º útil do mês subsequente para fins de recursos administrativos pelos interessados, cabendo esclarecer que os Coordenadores de Análise e Integração Regional das sete RISP avisam sobre a consolidação às suas respectivas regiões.

RECOMPENSAS E RECONHECIMENTO

Recompensas financeiras

Oferecer prêmios pecuniários como incentivo para o alcance de resultados.

Reconhecimento simbólico

Atribuir reconhecimento público e simbólico às unidades que atingem as metas propostas.

Motivação da equipe

As recompensas e o reconhecimento elevam a motivação e o engajamento das equipes.

Mensalmente, o processo de consolidação dos dados é formalmente encerrado com o envio de um arquivo à Coordenadoria do SIM, contendo todos os dados relativos aos IEC. Após a divulgação mensal dos dados, a Corregedoria Geral de Polícia (CGPOL) da Polícia Civil recebe recursos das delegacias distritais sobre os registros de ocorrência que podem apresentar inconsistências, como a região da ocorrência, mudanças de

titulação ou duplicidade de registros. A CGPOL julga os recursos e, quando deferidos, encaminha as correções à Coordenadoria de Estatística, que retifica suas bases e atualiza os resultados do SIM.

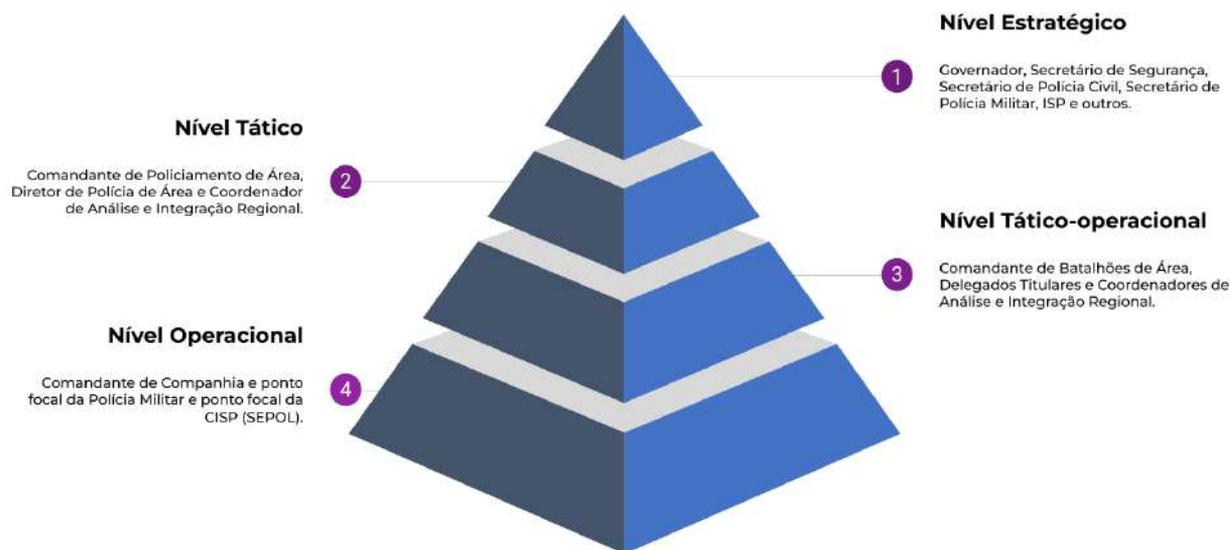
Atualmente, todas as bases e relatórios produzidos pelo ISP possuem variáveis indicadoras que mostram em qual fase do processo de consolidação cada linha dos dados se encontra.

Fase	Descrição
Parcial	Dados do mês corrente e do mês anterior que ainda não tenham sido divulgados passam por algumas etapas de tratamento e podem ser modificados ao longo do mês.
Consolidado	Dados dos meses anteriores que foram tratados e qualificados durante o processo de consolidação. Os dados do mês anterior devem ser consolidados até o 11º dia útil do mês subsequente e divulgados até o último dia útil do mês. Esses dados podem ser modificados por meio de erratas.
Consolidado com erratas	<p>Após a divulgação, as delegacias e batalhões podem enviar recursos pedindo correções quanto à localização, duplicidade e titulação. Esses recursos são validados pela CGPOL e as correções são posteriormente incluídas nos dados do ISP. Usualmente, os dados são divulgados cerca de três meses após sua versão consolidada e não podem ser modificados.</p> <p>Somente após a divulgação da versão consolidada com erratas é que esses dados ficam disponíveis para a sociedade por meio de pedidos de dados.</p>

Quadro 2: Fases dos dados produzidos pela Coordenadoria de Estatística | Fonte: Elaborado pelo Instituto de Segurança Pública.

Esse programa de policiamento orientado por resultados tem como premissas essenciais o estabelecimento de objetivos e metas baseadas em indicadores de desempenho; a definição de metas em áreas territoriais integradas, onde as forças de segurança atuam em conjunto; o uso intensivo da análise criminal para identificar padrões de crimes em termos de dia, hora e local; e a imple-

mentação de rotinas permanentes de acompanhamento, prestação de contas e cobrança. As 1.427 reuniões de nível 4, 156 de nível 3 e 28 de nível 2 realizadas no mesmo ano destacam a dedicação do órgão em fortalecer a gestão meritocrática estabelecida pelo Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados, que completa 15 anos de existência em 2024.



Pirâmide reuniões de nível | Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Seminário do Sistema de Metas 2019 | Foto: Karina Nascimento.



Reunião de nível 1 do SIM 2024 | Foto: Jonathan Fernandes.

Ao longo desse tempo, o Governo do Estado já investiu aproximadamente R\$ 850 milhões no pagamento de gratificações e já premiou milhares de policiais civis e militares. Todo esse esforço permite que o Programa de Definição e Gerenciamento de Metas para os IEC do Estado do Rio de Janeiro seja o programa de gestão do setor de segurança pública mais longo do país, servindo de inspiração para diversos outros entes federativos.

Sistemas de Metas e Acompanhamento de Resultados

Subsistema de Gestão de Resultados

Estabelecimento e medição dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade, fixação de metas e modelo territorial voltado à integração policial.

Subsistema de Gestão de Informações

Organizado em quatro níveis de atribuição, os quais são responsáveis pelo diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação das atividades policiais.

Subsistema de Gestão de Recompensas

Confere prêmios pecuniários ou simbólicos àquelas unidades que atingem os resultados.



Reunião de Nível 2 RISP 5 2022 |
Foto: Instituto de Segurança Pública.



Reunião de Nível 3 RISP 1 2024 | Foto: Karina Nascimento.

2009

Decreto 41.931

Institui o Programa de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Estado do Rio de Janeiro.

2010

Decreto 42.243

Periodicidade das metas e das premiações, que até aqui era anual, passa a ser semestral.

2011

Decreto 43.055

Criação do prêmio para o SARPM/PCERJ e para o NUPESP/ISP.

Decreto 43.056

Altera critério de premiação e o valor.

Decreto 42.190

Revoga duas referências para a definição de metas (série histórica de 4 anos e tendências previstas);

Concede prêmio máximo para as RISP e AISP que atingirem a pontuação máxima, desconsiderados os critérios de desempate.

Decreto 43.271

Criação do prêmio, destinado às Unidades Especiais e Especializadas com as duas melhores iniciativas por corporação:

Redefine valor da premiação.

2012

Decreto 43.989

Cria novas modalidades de premiação para metas parcialmente atendidas;

Estabelece proporcionalidades em prêmios para unidades;

Redefine fórmula de cálculo e pontuação final;

Reduz o período de lotação que habita o recebimento do prêmio.

2013

Decreto 44.137

Amplia de dois para três o número de Unidades Especiais e Especializadas, por corporação, aptas a receber o prêmio por "Boas Práticas";

Redefine a habilitação de RISP ao prêmio de maior produtividade, condicionado ao cumprimento de todas as metas.

Decreto 44.348

Majoração do valor das gratificações.

2015

Segurança Cidadã

Multiprojeto de reestruturação do SIM baseado na metodologia "Convivência e Segurança Cidadã" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da plataforma digital Segurança Cidadã - SIM, em uso em todo o estado.

2016

Decreto 45.567
Mudanças metodológicas e redução do valor das gratificações.

2017

Resolução SESEG nº 1.121
Regulamenta a atividade de ponto focal.

2018

Resolução SESEG nº 1.216
Regulamentação da Premiação por Boas Práticas.

2019

Decreto 45.544
Extinguiu a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Decreto 46.556
Extinção da Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Pública, sucedida para todos os fins de direito pela Secretaria de Estado da Polícia Militar (SEPM).

Decreto 46.630
Transferência da gestão e do aprimoramento do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados - SIM, da estrutura da SEPM para o Instituto de Segurança Pública - RIOSEGURANÇA (ISP).

2020

ADPF 635
Decisão liminar proferida em 18 de agosto de 2020, que suspende a eficácia do art. 1º do Decreto n.º 46.775, que trata dos IEC's. Mantém o art. 2º, que trata da metodologia de cálculo do IDM.

Decreto 47.402
Confere nova disposição sobre o SIM, com validade a partir de 1º de janeiro de 2021.

CAPÍTULO 6



A RELEVÂNCIA DO ESPAÇO NA ANÁLISE CRIMINAL

Ao longo de sua trajetória, o Instituto de Segurança Pública tem alcançado avanços significativos na **sistematização e disseminação de dados e informações geográficas**, com o uso intensivo de geotecnologias e Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Isso abrange uma série de ações e programas voltados para o assessoramento técnico ao governo, que possui grandes desafios de gestão de segurança pública dada a complexa relação entre a dinâmica criminal e a disposição do território fluminense.

O ISPGeo é um exemplo emblemático desse trabalho, atuando como um verdadeiro catalisador de parcerias. Essa plataforma baseada em SIG disponibiliza aos policiais e demais órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro uma série de serviços de mapas e de consulta a banco de dados, fornecendo, principalmente, a localização exata das ocorrências criminais. O ISPGeo oferece suporte às ações planejadas e implementadas no âmbito da segurança pública.

O trabalho geográfico do ISP se desenvolve em cinco frentes principais:

Processamento e disseminação de informações espaciais, que envolve a aquisição e estruturação de dados das polícias estaduais e a geocodificação de ocorrências.

Produção cartográfica, que transforma análises criminais em produtos visuais disponibilizados ao poder público e à sociedade civil.

Pesquisa espacial, com ênfase na análise das relações entre crime e espaço.

Apoio ao planejamento operacional das polícias, especialmente das unidades especializadas, realizado em parceria com outros órgãos do estado.

Geointeligência, uma frente voltada à produção de dados estratégicos para os órgãos de inteligência.

O PROCESSAMENTO E A PRODUÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES ESPACIAIS

No contexto do geoprocessamento, o dado é um fato ou evento com um referencial na superfície terrestre (localização). A informação, por sua vez, é o

conhecimento obtido a partir da interpretação desses dados. Com base neles, é realizada a representação cartográfica da incidência criminal.

Para sistematizar esse trabalho, foi criado um método de **estruturação, representação e análise** dos dados, que agrega valor em várias etapas (Gonçalves, 2017; 2022). Isso abrange dois processos: a materialização de uma estrutura de dados espaciais e alfanuméricos por meio de um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD), e a geocodificação das ocorrências, transformando referências locacionais em uma unidade operacional, o ponto.

As três etapas-chaves do processo incluem a **estruturação**, que define os tipos de dados, as funções e os operadores, a **representação**, que configura os dados para a fase da **análise**, quando as informações são produzidas. Essas são etapas integradas, interdependentes e complementares do método proposto, uma vez que todo dado estruturado consiste em uma representação limitada da realidade.

O ISP publica seus dados por meio da plataforma ISPGeo Portal Enterprise, nos formatos de serviços espaciais *Web*

Feature Service (WFS) e *Web Map Server (WMS)*, devidamente alocados em servidores registrados no sistema do governo do estado do Rio de Janeiro, garantindo altos padrões de armazenamento, operacionalidade, recuperação e segurança.

A GEOCODIFICAÇÃO DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIA CRIMINAL

O ISP desenvolveu um sistema original de geocodificação para registros criminais da SEPOL, que visa identificar os locais de cada ocorrência, representados espacialmente por meio da plataforma ISPGeo. Os dados locacionais são automaticamente tratados e transformados em uma camada de pontos, enfrentando desafios como o preenchimento inconsistente dos registros e a baixa precisão relativa dos “locais do fato”.

Tendo em vista as particularidades dos dados de registros criminais e dos recortes geográficos específicos da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, foi preciso desenvolver no ISP um modo específico de encadeamento de diferentes malhas cartográficas. Como resultado, os pontos gerados são cate-

gorizados conforme o estágio de geocodificação e a qualidade da referência locacional utilizada na plotagem, apresentados no Quadro 3.

Classe Geocode	Label	Descrição	Geocodificado
11	Endereço completo	Esquina	Sim
12	Endereço completo	Logradouro e numérica preenchidos	Sim
13	Endereço completo	Repositório de pontos (CNEFE e outros)	Sim
21	Generalizado	Logradouro sem numérica – malha StreetBase	Sim
22	Generalizado	Logradouro sem numérica – malha SESEG	Sim
23	Generalizado	Coordenadas geográficas	Sim
24	Generalizado	Localidade	Sim
31	Ponto de referência	Edificações e demais pontos notáveis	Sim
90	Sem endereço	Nenhum campo de endereçamento preenchido	Não
91	Unidades de segurança pública	Delegacias, batalhões e outras unidades operacionais de segurança pública	Não
92	Endereço incompatível	Logradouro com nome provisório (Rua A, Rua Projetada etc.)	Não
9311	Fora da CISP	Endereço completo (esquina)	-
9312	Fora da CISP	Endereço completo (Logradouro e numérica preenchidos)	-
9321	Fora da CISP	Generalizado (Logradouro sem numérica – malha StreetBase)	-
9322	Fora da CISP	Generalizado (Logradouro sem numérica – malha SESEG)	-
9323	Fora da CISP	Generalizado (Coordenadas geográficas)	-
9324	Fora da CISP	Generalizado (Localidade)	-
9331	Fora da CISP	Ponto de referência	Não
99	Endereço não localizado	Os métodos de geocode não puderam mapear o endereço informado	Não

Quadro 3: Sistema de classificação dos processos e etapas de geocodificação | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

O produto da geocodificação é uma base de dados espaciais com plotagem média superior a 75%, dotada de atributos indicativos da precisão e da forma pela qual a posição relativa do local da ocorrência é devidamente identificada. Adicionalmente, o sistema incorpora outros atributos topológicos, como as distâncias relativas entre os locais de ocorrência e áreas sob foco especial, bem como células de monitoramento, obtidas das unidades de 200 x 200 metros disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA E A REPRESENTAÇÃO DA INCIDÊNCIA CRIMINAL

Mapas, cartas, cartogramas se constituem, ao mesmo tempo, como instrumentos técnicos precisos e meios de comunicação. Assim, sua produção está intimamente relacionada, por um lado, às normas cartográficas e, por outro, à linguagem e às diferentes percepções de um fenômeno.

Desde 1999, o ISP tem produzido uma grande quantidade de produtos cartográficos para representar fenômenos espaciais afeitos à segurança pública, destinados às publicações e consumidos pelas polícias estaduais, com vistas ao apoio instrumental de suas ações. Esses produtos variam desde os mais simples, como os mapas coropléticos¹⁸ e de densidade (as “manchas criminais”), até representações mais sofisticadas, como as análises topológicas das redes criminosas e grafos orientados que representam diferentes aspectos da logística criminal. Esse trabalho se fundamenta em dados transparentes e parâmetros científicos rigorosos, garantindo a legitimidade da produção cartográfica.

A PESQUISA ESPACIAL

Em relação à pesquisa geográfica, o ISP tem se esforçado para propor um método que aborde os múltiplos aspectos teóricos e empíricos afeitos às relações entre crime e espaço, classificando, enumerando, explicando, com-

¹⁸ Um mapa coroplético é um tipo de mapa temático que mostra diferentes áreas, simbolizadas por cores ou outros padrões visuais que ajudam a representar a intensidade de um fenômeno nestas regiões.

O APOIO AO PLANEJAMENTO OPERACIONAL DAS POLÍCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

O apoio instrumental ao trabalho policial cotidiano se constitui como uma das frentes mais profícuas da atuação do ISP no âmbito da gestão territorial da segurança. O principal propósito é fomentar uma cultura policial baseada em dados e informações. Para isso, o instituto vem auxiliando as polícias estaduais e outros órgãos da segurança pública na elaboração do planejamento das ações policiais e de outras políticas de segurança, por meio do desenvolvimento de sistemas de informações geográficas que permitem às unidades policiais maior autonomia no uso de dados criminais.

Nesse âmbito de trabalho, o ISPGeo cumpre diferentes funções relevantes, sobretudo no que se refere ao trâmite seguro de dados compartilhados entre as diferentes unidades operacionais. Um exemplo significativo é o Atendimento 190 da SEPM, cujos dados vêm sendo geocodificados, incorporados e disseminados na plataforma. Outras unidades operacionais da SEPM, como o batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão (RECOM) e o Bata-

lhão de Polícia de Choque (BPChq) – assim como os programas do governo estadual no âmbito da segurança, como o Segurança Presente e o Cidade Integrada – têm unido esforços com o ISP, produzindo e editando dados e informações geográficas utilizados em suas rotinas operacionais.

Dentre as práticas bem-sucedidas, destaca-se a primeira e mais duradoura parceria, celebrada com a Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC), que resultou na criação da ferramenta Transbordo, utilizada para planejar operações contra o roubo de carga. Além da automatização da alimentação de dados espaciais e não espaciais, há treinamento das equipes dedicadas ao preenchimento das informações. Essa experiência tem servido como referência para o desenvolvimento de trabalhos posteriores realizados em parceria com outras delegacias especializadas.

De escopo semelhante, o segundo projeto foi realizado com a Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA). A colaboração envolveu a cons-

trução de ferramenta que estabelece rotas e vetores de deslocamento entre a origem e o destino dos veículos roubados, incluindo uma aplicação de edição e análise espacial.

Essas experiências têm se repetido em parcerias com outras unidades policiais, contribuindo para o aprimoramento da gestão territorial da segurança pública e o planejamento de rotinas operacionais.

GEOINTELIGÊNCIA: LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

O ISP utiliza sua expertise em geoinformação para apoiar ações estratégicas de pesquisa e inteligência. Essa vertente do trabalho abrange o levantamento de informações estratégicas, a pesquisa e o desenvolvimento de aplicações baseadas em geotecnologias, visando identificar cenários de interesse para os setores de inteligência em segurança pública.

No que se refere ao levantamento de informações geográficas estratégicas, a realização de trabalhos de campo, bem como de aerolevantamentos — tripulados ou não (drones) —, tem sido

fundamental para apoiar as polícias na atualização de bases cartográficas. Essas bases refletem as diferentes formas de apropriação do espaço por redes e facções criminosas e são compartilhadas com diversas unidades policiais.

A aquisição pontual de informações, seja por meio de redes de inteligência ou de bases de dados compartilhadas, tem sido facilitada por ferramentas avançadas de edição e análise de dados espaciais, de uso restrito às ações de inteligência. Esses processos são desenvolvidos em parcerias estabelecidas entre o ISP e outros órgãos de inteligência, dentro de suas respectivas competências.

A busca por um conhecimento espacial abrangente, voltado à gestão e organização do território na segurança pública, deve analisar as relações entre crime e espaço, tendo como finalidade uma intervenção legítima e eficaz. Apesar dos desafios conjunturais e estruturais que impactam a formulação de políticas públicas de segurança, arranjos técnico-científicos têm se mostrado de grande valia para o aumento da eficiência nos serviços de segurança pública. Esse avanço é um reflexo da experiência adquirida pelo ISP no campo da gestão e organização territorial.

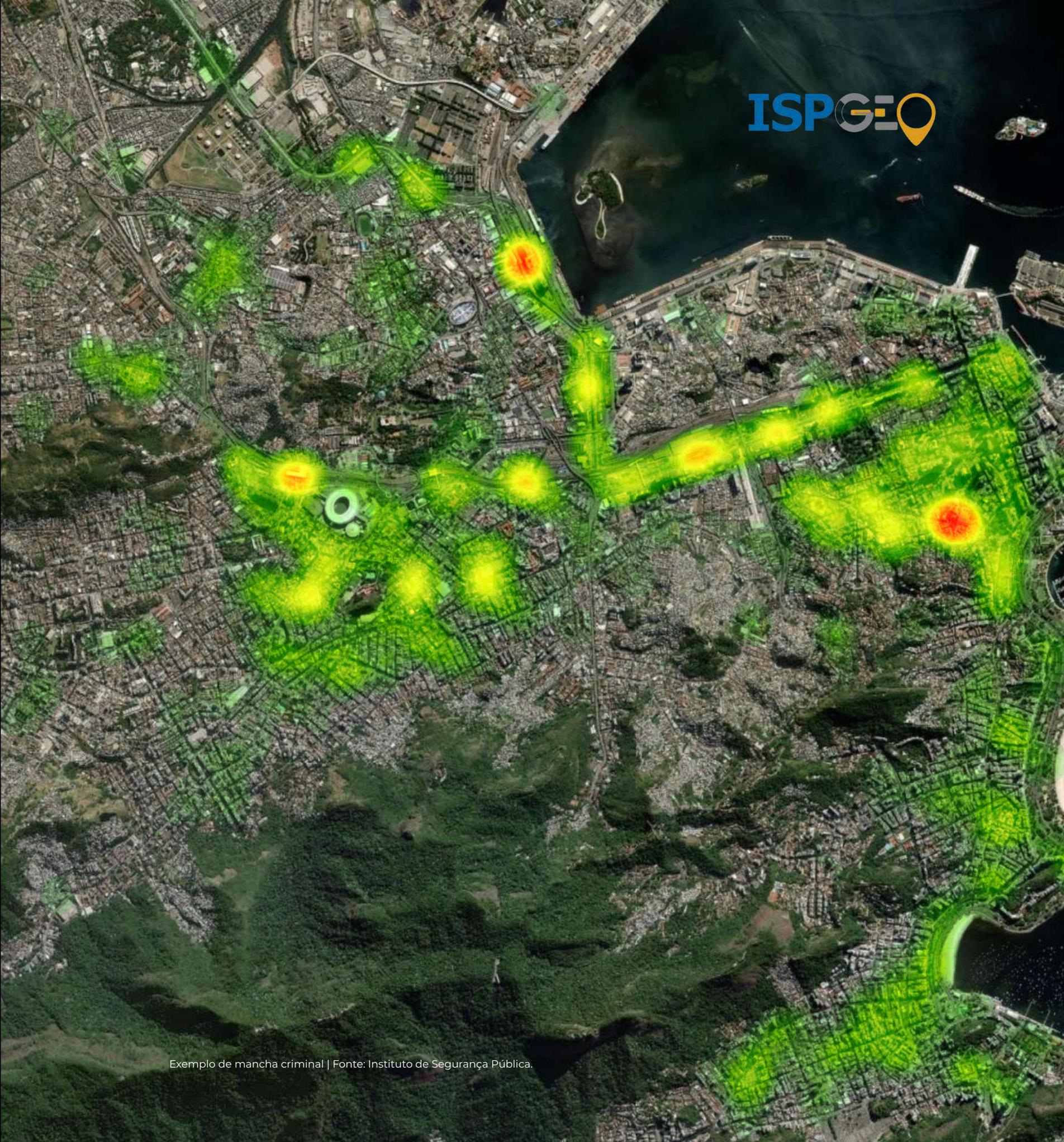
UNIDADES ESPECIAIS



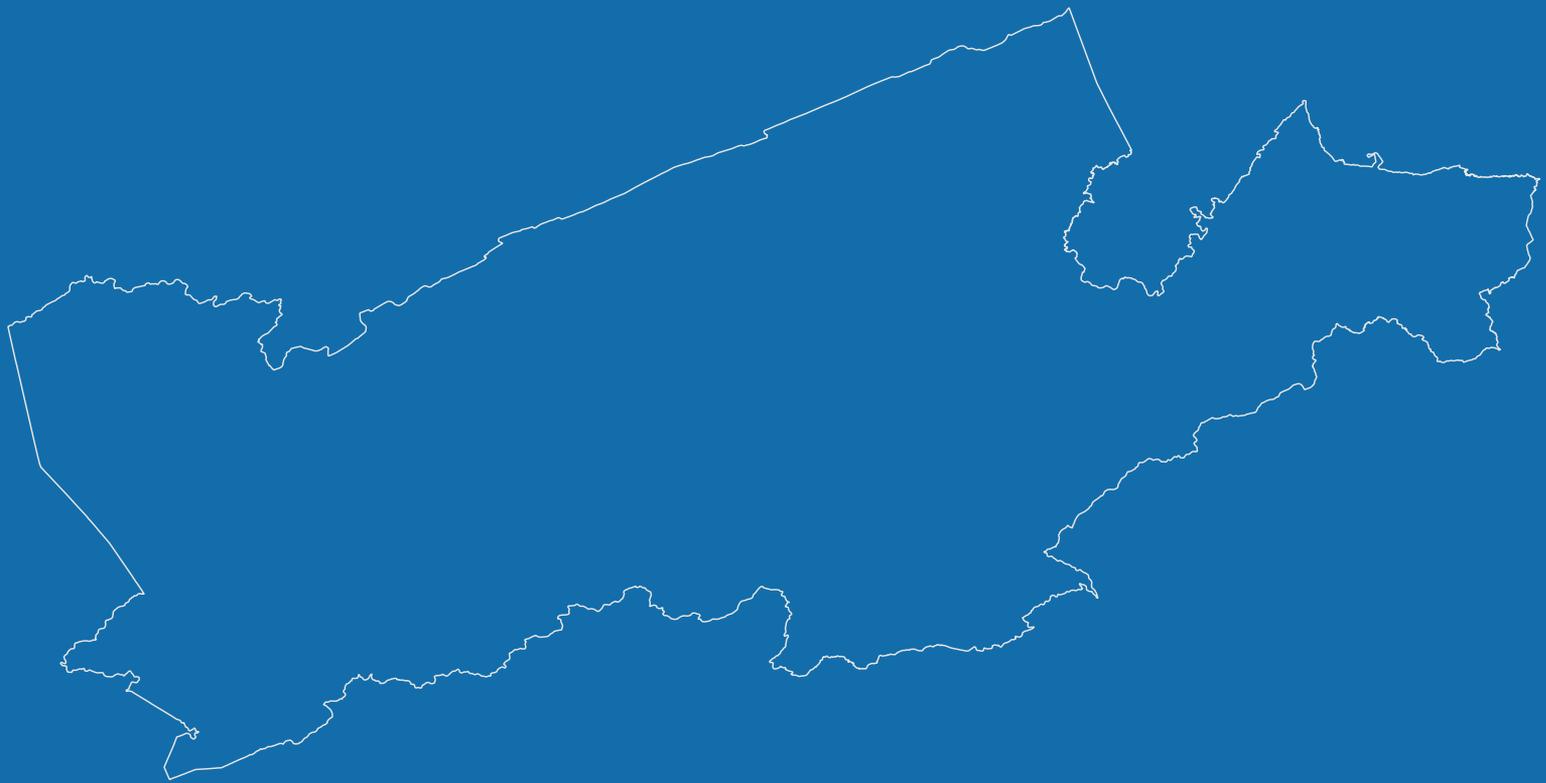
Unidades especiais da plataforma ISPGeo | Fonte: Instituto de Segurança Pública.



Lançamento do ISPGeo 2.0 2024 | Foto: Jonathan Fernandes.



CAPÍTULO 7



O USO DE EVIDÊNCIAS COMO INSTRUMENTO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra as mulheres é um fenômeno multifacetado que atravessa barreiras culturais, sociais e econômicas, resultando em danos físicos, psicológicos e sociais significativos. No Brasil, assim como em muitos outros países, esse problema representa um grande desafio que requer medidas eficazes para sua prevenção e enfrentamento. Ainda é preciso superar as disparidades estruturais de gênero e poder, assim como as normas culturais que perpetuam a marginalização e subordinação das mulheres.

O combate à violência contra a mulher deve ser embasado em conhecimento científico sólido, qualquer que seja o projeto adotado. Isso implica na utilização de dados confiáveis que possam oferecer uma compreensão abrangente e detalhada da extensão e natureza do problema, permitindo assim uma resposta eficaz e direcionada. Para encarar esse obstáculo, é fundamental ter acesso a estatísticas provenientes de diversas áreas, como da saúde, educação, assistência social e segurança pública. Cada uma dessas esferas contribui com perspectivas

únicas que ajudam a entender a complexidade e seriedade do fenômeno.

No caso específico da segurança pública, informações podem ser obtidas através de registros de denúncias, atendimentos policiais e processos judiciais relacionados à violência contra a mulher. Todas são fontes essenciais para orientar políticas públicas, programas de prevenção e intervenções eficazes.

No Rio de Janeiro, o ISP vem desenvolvendo uma série de iniciativas voltadas à disseminação de informações detalhadas sobre os crimes perpetrados contra mulheres em todo o estado. As ações abarcam desde a realização de estudos robustos e o desenvolvimento de painéis interativos até a condução de palestras e capacitações.

Independentemente do tipo de iniciativa, buscamos evidenciar constantemente a relevância da utilização de dados confiáveis para o fortalecimento das capacidades institucionais de resposta e para a desnaturalização de discursos que normalizam a violência contra a mulher diante do

sistema patriarcal e de sua ideologia machista.

Uma das nossas principais iniciativas é pioneira no país. Publicado ininterruptamente há 19 anos, o Dossiê Mulher apresenta análises detalhadas que permitem identificar padrões de crimes, fatores de risco, áreas geográficas de maior incidência e outras nuances cruciais para a compreensão do problema da violência contra a mulher. Desde sua primeira edição, a maior parte das análises é fundamentada nos microdados extraídos dos registros de ocorrência da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro (SEPOL).

Em 2023, representantes do ISP participaram do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher¹⁹. O documento prevê a realização de 118 ações. Entre as propostas indicadas pelo instituto, destacam-se:

Contribuir para o processo de sistematização dos dados produzidos pelos diferentes órgãos que compõem

a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, além de auxiliar na definição de indicadores voltados ao monitoramento e à avaliação dos atendimentos realizados por essas entidades.

Ampliar a divulgação das estatísticas oficiais de segurança relacionadas à violência contra a mulher, por meio da realização de capacitações e da divulgação de estudos, relatórios e campanhas audiovisuais.

Capacitar os profissionais que atuam na Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com o objetivo de estimular a padronização no preenchimento dos formulários e registros de atendimento.

¹⁹ RIO DE JANEIRO. Decreto nº 48.391, de 8 de março de 2023. Dispõe sobre as diretrizes do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, cria o grupo de trabalho na forma que menciona e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 9 de março de 2023.



Capas do Dossiê Mulher | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Ao longo dos anos, o Dossiê Mulher passou por significativas transformações, sendo uma das maiores ampliações do espectro analisado, que evoluiu de um universo de três tipos de crimes abordados em 2006, para 23 em 2024. Além do interesse em aprofundar a compreensão sobre as formas de agressões às quais as mulheres são expostas, surgiu também a necessidade de acompanhar as mudanças legislativas e a criação de novas titulações por parte da SEPOL. Um exemplo disso foi a incorporação das análises sobre os descumprimentos de medidas protetivas de urgência²⁰.

Além da inclusão de novos delitos, a partir de 2015, os capítulos passaram a ser organizados de acordo com as cinco formas de violência descritas na Lei Maria da Penha²¹: Física, Sexual, Psicológica, Moral e Patrimonial. Seguin-

do na esteira das mudanças, foram incluídas novas seções que permitem um aprofundamento do fenômeno e o mapeamento das boas práticas implementadas por diferentes órgãos do poder executivo. As seções “Saiba também” e “Outros olhares” apresentam reflexões de autores internos e externos, baseadas em conhecimento técnico e/ou científico, para enriquecer o debate e oferecer perspectivas diversas sobre a temática.

Outro aspecto importante é a inclusão, a partir de 2020, da seção “Rede de atendimento e amparo à mulher em situação de violência”. Nela, é possível obter informações detalhadas sobre os locais e canais de denúncia relacionados à violência doméstica e familiar, bem como sobre os serviços que oferecem assistência, orientação e apoio jurídico, psicológico e social às vítimas.

²⁰ BRASIL. Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de abril de 2018.

²¹ BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de agosto de 2006.

No mesmo ano, ocorreram mudanças na seção dedicada aos crimes de Violência Física, como a incorporação de uma análise detalhada dos casos de feminicídio. Com a finalidade de obter os dados necessários, uma policial civil lotada no ISP foi designada para realizar uma leitura analítica dos documentos pertinentes aos registros de ocorrência de feminicídios. Essa análise abrange os termos de declaração de testemunhas, policiais e autores, além de laudos periciais e relatórios de inquéritos.

A mais recente modificação no conteúdo ocorreu em 2022, com a adição das seções “Legislações e projetos de enfrentamento à violência contra a mulher” e “A violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro nos últimos anos”. A primeira seção detalha as principais iniciativas promovidas pelo poder público para erradicar a violência ou mitigar o sofrimento das vítimas. Já a segunda oferece uma análise abrangente do problema, apresentando séries históricas anuais que retratam, por exemplo, o total de registros de ocorrência, a proporção de mulhe-

res vítimas de acordo com as formas de violência e o perfil das vítimas.

Todas as modificações incorporadas ao longo dos anos no Dossiê Mulher demonstram não apenas o compromisso do ISP em expor um panorama completo e atualizado de tal fenômeno, reconhecendo tamanha complexidade e relevância social da temática, mas também um engajamento ativo institucional na promoção, disseminação e incentivo de práticas inovadoras e bem-sucedidas, que possam servir de inspiração ao desenvolvimento de novas estratégias e políticas públicas de combate à violência de gênero contra a mulher.

Ainda no que diz respeito às publicações do instituto, a nona edição dos Cadernos de Segurança Pública²², publicada em 2017, foi dedicada especificamente à temática da violência contra a mulher. Entre os sete artigos publicados, destaca-se aquele que trata da estruturação do projeto Guardiões da Vida, realizado pelo 38º BPM, e que serviu como base para a criação do Programa Patrulha Maria da Penha Guardiões da Vida, da SEPM.

²² Disponível em: https://www.isprevista.rj.gov.br/Edicao2017_2.html. Acesso em: 7 jul. 2024.

Continuando no compromisso de ampliar a divulgação das estatísticas oficiais de segurança do estado do Rio de Janeiro, o ISP lançou alguns painéis que possibilitam uma análise minuciosa e atualizada sobre a violência contra a mulher. São eles:



Lançamento do Dossiê Mulher 2015 | Foto: Reprodução do acervo institucional.



Lançamento do Dossiê Mulher 2019 | Foto: Rafael Campos.



Lançamento do Dossiê Mulher 2022 | Foto: Luiz Alvarenga.



Fórum de Lançamento do Dossiê Mulher 2023 | Foto: Acervo institucional.

Dossiê Mulher²³ (2017): atualizado anualmente, o painel foi criado com o propósito de tornar ainda mais acessíveis as informações contidas no dossiê, disponibilizando séries históricas mensais e anuais por tipo de crime e forma de violência, além de detalhar o perfil das vítimas e os locais onde os incidentes ocorreram;

Monitor da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Período de Isolamento Social²⁴ (2020): permite a identificação dos canais de comunicação pelos quais as mulheres vítimas relataram os crimes ocorridos durante o isolamento causado pela covid-19. Para tanto, foram utilizados os dados oriundos dos registros de ocorrência da SEPOL, das ligações do Serviço 190 e do Disque-Denúncia;

ISPCidades²⁵ (2021): atualizado anualmente, permite avaliar indicadores municipais sistematizados nas dimensões Espaço Público e Grupos Vulneráveis. Assim, oferece uma visão da violência contra as mulheres nos municípios a

partir dos dados organizados de acordo com as formas de violência definidas pela Lei Maria da Penha;

ISPMulher²⁶ (2024): atualizado mensalmente, o painel possibilita o acompanhamento simplificado sobre o comportamento de diversos crimes cometidos contra mulheres, além de fornecer informações sobre os endereços dos órgãos que fazem parte da Rede de Atendimento à Mulher Vítima, em operação em todo o estado.

Além dos conteúdos acessíveis ao público em geral, o ISP desenvolve painéis interativos exclusivos para os órgãos públicos. A análise contínua dos dados permite uma adaptação rápida às necessidades emergentes e facilita a implementação de medidas preventivas e de suporte, essenciais para garantir a proteção e o bem-estar das mulheres.

Em 2024, o instituto disponibilizou o painel ISPMulher, que apresenta informações detalhadas sobre os crimes de feminicídio e tentativa de feminicídio desde o ano de 2019. Com atualização

²³ Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Mulher.html>. Acesso em: 7 de jul. 2024.

²⁴ Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/monitor/index.html>. Acesso em: 7 de jul. 2024.

²⁵ Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/cidades.html>. Acesso em: 7 jul. 2024.

²⁶ Disponível em: <https://www.ispconecta.rj.gov.br/ispmulher/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

diária, o painel inclui gráficos que mostram as séries históricas mensais desses crimes, assim como a distribuição do número de vítimas de acordo com diversas características do incidente, como o dia da semana, a faixa de horário e as regiões de segurança. Além disso, são indicadas características das vítimas, como cor, faixa etária e relação com o autor. Também é possível identificar os locais de ocorrência dos delitos e visualizar as áreas onde eles se concentram espacialmente através de um mapa.

Além dos painéis direcionados para a atividade policial, o ISP estruturou, em 2024, uma ferramenta para uso exclusivo da Secretaria de Estado da Mulher: o **Monitor da Violência Contra a Mulher**, que apresenta dados mensais relacionados aos delitos praticados contra as mulheres por município e área de atuação das delegacias e batalhões de polícia.

A disseminação da informação também acontece por meio da realização de palestras e capacitações. Ao apresentar os dados do Dossiê Mulher e dos painéis mencionados, busca-se sensibilizar agentes públicos e a sociedade de forma geral. Assim, o instituto reforça a importância do uso de evidências para aprimorar iniciativas no campo da se-

gurança pública, como a prevenção da violência contra a mulher, a repressão qualificada ao crime, a otimização dos recursos disponíveis, o melhor atendimento às vítimas e o fortalecimento da imagem institucional. As palestras têm sido realizadas em universidades, eventos organizados pela Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, reuniões dos CCS. Além disso, seus conteúdos têm sido ministrados nos processos de formação e atualização dos policiais civis e militares.

Por fim, vale mencionar a criação do Núcleo ISPMulher. Estabelecido pela Portaria ISP/RJ nº 117, de 2 de fevereiro de 2021, o núcleo é composto por servidores e estagiários de diferentes áreas de atuação. Entre suas responsabilidades estão o monitoramento dos crimes contra a mulher no estado e a elaboração de estudos sobre o tema, como é o caso do Dossiê Mulher. Logo após a criação do Núcleo, o instituto estruturou o Manual da marca ISPMulher. O documento apresenta orientações sobre a identidade visual e conceitual que foram adotadas em todas as publicações elaboradas pelo núcleo.



ISP. MULHER

Logotipo ISPMulher | Fonte: Instituto de Segurança Pública.

A continuidade e a regularidade do trabalho realizado pelo ISP refletem o compromisso sólido em monitorar e analisar de maneira sistemática os dados referentes à violência contra a mulher. A função do instituto vai além da avaliação do problema, identificando tendências e áreas que demandam maior atenção.

Nos últimos anos, as análises foram aprofundadas e o acesso aos dados foi ampliado, a fim de facilitar a construção de debates informados e apoiar a implementação de políticas públicas que verdadeiramente atendam às necessidades das mulheres vítimas de violência.

É fundamental reconhecer que o combate à violência contra a mulher não se limita a medidas repressivas, mas requer uma abordagem holística que in-

clua prevenção, proteção das vítimas e incentivo ao empoderamento feminino. Isso requer a colaboração de diferentes atores sociais e a promoção de uma cultura de respeito aos direitos das mulheres em todas as suas dimensões.

Diante dos desafios, o ISP reafirma seu compromisso em aprimorar suas iniciativas e fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Somente com esforços conjuntos e uma abordagem baseada em evidências será possível avançar rumo a uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres. O trabalho desempenhado reforça a relevância do ISP na segurança pública e na promoção da segurança e bem-estar das mulheres em todo o estado do Rio de Janeiro.

PARTE 3

O FUTURO DO ISP



CONSTRUÇÃO DE UMA SEGURANÇA PÚBLICA DO FUTURO

Após 25 anos de uma trajetória de sucesso, podemos dizer que o Instituto de Segurança Pública (ISP) alcançou sua maturidade. Sua jornada começou com momentos de indefinição e dúvidas, passou pela longa construção de uma identidade voltada para a ampliação da participação social e da transparência dos dados na segurança pública e, finalmente, consolidou-se como órgão técnico de excelência. Hoje, o ISP desempenha um papel fundamental na produção de informações e análises que apoiam políticas públicas baseadas em evidências. Essa atuação reforçou o instituto como referência em todo o Brasil, sendo reconhecida por sua competência técnica, transparência e compromisso com a inovação. Este livro conta essa história e destaca a importância do ISP para o estado do Rio de Janeiro.

Agora, o ISP se prepara para enfrentar novos desafios, impulsionado por um cenário em rápida transformação tecnológica e social. A capacidade de coletar, analisar e disseminar estatísticas de segurança pública têm sido um dos pilares sobre o qual o institu-

to construiu sua reputação. Para isso, o valor inegociável de imparcialidade dos métodos, fidelidade às informações apuradas e transparência na divulgação das estatísticas é o que baliza todas as nossas ações cotidianas e futuras.

Com o crescente uso de indicadores de desempenho e a implementação de modelos de gestão baseados em resultados, o instituto será essencial na construção de políticas mais eficientes e eficazes. A partir do conhecimento acumulado em duas décadas e meia de existência, o ISP poderá apoiar o governo estadual no aprimoramento contínuo de metas de segurança pública alinhadas com as demandas contemporâneas da sociedade. Através do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM), o ISP já demonstrou como o uso de dados pode orientar de forma decisiva a alocação de recursos e o planejamento estratégico de ações policiais.

A segunda coluna que sustenta nosso trabalho é a promoção da participação social, ao construir espaços de diálogo, confiança e cooperação mú-

tua entre cidadãos, autoridades locais e órgãos de segurança. Nos próximos anos, o ISP seguirá sendo um elo entre o Estado e a sociedade civil. Para isso, o fortalecimento e a expansão dos CCS serão primordiais.

Divulgar dados à sociedade e abrir espaços para que os cidadãos vocalizem suas demandas são duas faces da mesma moeda: o controle social da ação estatal. Não é por outro motivo que o ISP já atuava ativamente para divulgar dados e responder a pedidos de informações antes da promulgação da Lei de Acesso à Informação²⁷, de 18 de novembro de 2011. E continuamos a fazer mais, conectando a sociedade com os dados por meio do ISPConecta. Somos capazes de afirmar que o instituto ampliou os horizontes da segurança pública, tornando-a uma área mais acessível e compreensível

para a população. Dessa forma, o ISP garante as condições para que se efetive o preceito Constitucional de que a segurança é uma responsabilidade de todos²⁸.

A atuação do ISP potencializa o serviço policial. Por isso, investimos em suporte técnico às forças policiais por meio de pesquisas, estudos e capacitações. O ISPGeo, que se tornou uma das principais plataformas de visualização e análise geoespacial de dados criminais, foi desenvolvido para melhorar o planejamento estratégico e tático das polícias. Em paralelo, o apoio às polícias é reforçado pela área de ensino. Desde sua criação, temos oferecido cursos, treinamentos e *workshops* para qualificar agentes de segurança pública. Essa é uma atividade que está no DNA institucional e que, somado aos estudos detalha-

²⁷ A Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 17 out. de 2024.

²⁸ O art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) diz que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/PEC/msg975-970902.htm#:~:text=de%20seguran%C3%A7a%20p%C3%BAblica.%22-%22Art.,pela%20Uni%C3%A3o%20e%20pelos%20Estados. Acesso em: 2 dez. 2024.

dos periodicamente divulgados, tem sido essencial para otimizar o trabalho policial.

Sabemos que nos próximos 25 anos presenciaremos uma revolução tecnológica. Com transformações digitais rápidas e disruptivas, o ISP precisará se adaptar e se reinventar para continuar na vanguarda do monitoramento e análise das dinâmicas de criminalidade. O ISPGeo e o ISPConecta, duas plataformas desenvolvidas pelo instituto, exemplificam essa busca pela modernização. Essas ferramentas permitiram não apenas a visualização dos dados de segurança, mas também o acesso simplificado e personalizado para gestores, policiais, jornalistas e cidadãos. Ao longo dos anos seguintes, o ISP deve aprimorar sua capacidade técnica e potencializar seu talento humano para anteciper tendências criminais e otimizar a alocação de recursos.

A visão de futuro do ISP está intrinsecamente ligada à promoção da transparência e da participação social, contribuindo para a construção de uma cultura de uso de dados pelas polícias e sociedade civil. O policiamento baseado em evidências e participa-

ção social qualificada formam um binômio que revigora nossa esperança em um estado mais seguro, com uma convivência mais pacífica e colaborativa. Assim, o ISP continuará a atuar como um facilitador desse processo, promovendo a divulgação de dados e a realização de fóruns e debates que aproximem ainda mais o Poder Público da sociedade.

Por tudo aqui apresentado, reafirmamos nosso compromisso de ser uma verdadeira bússola para o setor da segurança pública. Guiado pelos princípios da imparcialidade, cientificidade e transparência, o instituto continuará na vanguarda das transformações que moldarão o futuro da segurança pública.

O futuro do ISP é de continuidade e inovação. Seguirá a honrar seu legado e os servidores que construíram essa imagem de excelência, enquanto se adapta em direção a novas possibilidades. A segurança pública, sempre um desafio, será enfrentada com conhecimento e inteligência, bem como uma visão clara de que, com a colaboração de todos os atores envolvidos, é possível construir um Rio de Janeiro mais seguro para as próximas gerações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 abr. 2018. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=04/04/2018>. Acesso em: 25 nov. 2024

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**. Portal Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/sei>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CLOKE, Paul; *et al.* **Practising Human Geography**. London: SAGE Publications, 2004.

GONÇALVES, Luciano de Lima. Estruturação, representação e análise de dados criminais: o caso da parceria entre o ISP e a DRFC. **Cadernos de Segurança Pública**. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro, v. 13, n. 13, 2021. Disponível em: <https://www.isprevista.rj.gov.br/Edicao2021.html>. Acesso em: 25 nov. 2024.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **ISPMulher**. Disponível em: <https://www.ispconecta.rj.gov.br/ispmulher/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cadernos de Segurança Pública**. Relatórios de edição 2017/2. Ano IX, nº9, nov. 2017. Disponível em: https://www.isprevista.rj.gov.br/Edicao2017_2.html. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Monitor da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Período de Isolamento Social. **ISPDados Visualização**. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/monitor/index.html>. Acesso em: 7 jul. 2024.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visualização de dados sobre a mulher. **ISPDados Visualização**. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Mulher.html>. Acesso em: 7 jul. 2024.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visualização de dados por cidades. **ISPCidades**. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/cidades.html>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MATHEUS, Gustavo Castanheira *et al.* **Novo guia prático dos Conselhos Comunitários de Segurança do Rio de Janeiro**. In: Coleção Instituto de Segurança Pública (Org.), 4ª ed., v. 4. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2023-11/GuiaPratico2022.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Informação, análise criminal e sentimento de (in)segurança: considerações para a construção de políticas públicas de segurança. IN: SOARES, Andréia; RIBEIRO, Ludmila (orgs). **A análise criminal e o planejamento operacional**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008.

MOORE, David. **The Basic Practice of Statistics**. 4. ed. W. H. Freeman, 2006

ORLINDA, Claudia Rosa de Moraes. Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Rio de Janeiro: origens, estruturas e dinâmicas de funcionamento. Brasília/DF: **VI Congresso de Gestão Pública – CONSAD**, 16 a 18 de abril de 2013, Brasília/DF. Brasília: 2013.

PATRÍCIO, Luciane B. M. “Falar, ouvir e escutar”: etnografia dos processos de produção de discursos e de circulação da palavra nos rituais de participação dos conselhos comunitários de segurança. **Tese (Doutorado em Antropologia)** – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Boletim nº 106, de 4 de agosto de 2014**. Rio de Janeiro: PMERJ, 2014. Documento não disponível para consulta pública.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 5 out. 1989. Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=73. Acesso em: 25 nov. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 44.348 de 23 de agosto de 2013**. Altera o Decreto nº 41.931, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, p.1. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-44348-2013-rio-de-janeiro-altera-o-decreto-n-41931-de-25-de-junho-de-2009-e-da-outras-providencias?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 25 nov. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 47.651, de 16 de junho de 2021**. Altera dispositivos do Decreto nº 46.366, de julho de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/2013, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.pge.rj.gov.br/biblioteca-decreto-47651>. Acesso em: 27 nov. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 48.148, de 1º de julho de 2022**. Altera o Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018, no âmbito do programa Cidade Integrada. Disponível em: https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2023-10/Decreto%20n%C2%BA%2048148%20-%20Alteracao_Decreto_Cidade%20Integrada%20JUL%2022.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 48.391, de 8 de março de 2023**. Dispõe sobre as diretrizes do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, cria o grupo de trabalho na forma que menciona e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 9 de março de 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-48629-2023-rio-de-janeiro-institui-sem-aumento-de-despesas-o-pacto-estadual-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher-e-para-prevenir-enfrentar-e-erradicar-todas-as-formas-de-violencia-contra-a-mulher-no-amibto-do-estado-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias#:~:text=%2D%20o%20disposto%20no%20Decreto%20n%C2%BA,menciona%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 25 nov. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 10.332, de 16 de abril de 2024**. Institui o Dia do Conselheiro Comunitário de Segurança. Disponível em: https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2024-04/Lei_10332_Dia_Conselheiro_Comunitario_Seguranca.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 3.329, de 28 de dezembro de 1999**. Cria o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - RioSegurança e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/90881/lei-3329-99>. Acesso em: 09 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 8.636, de 28 de novembro de 2019**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/786637895/lei-8636-19-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 09 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Resolução SESEG nº 1.216, de 8 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a regulamentação da Premiação por Boas Práticas no âmbito do Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 8 ago. 2018, p. 19.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Resolução SESEG nº 1.121, de 13 de novembro de 2017**. Regulamenta a atividade de ponto focal do Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Rio de Janeiro (SIM) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 13 nov. 2017, p. 24.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Secretaria de Segurança Pública**. Resolução SSP nº 263, de 26 de julho de 1999. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/isp/sites/default/files/2022-05/legislacaoCCSmar2003.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 2ª. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.



Secretaria de
Segurança
Pública



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO